



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 18 – nº 69 – dezembro 2007

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## MIGRAÇÕES E REFÚGIO:

a ambigüidade das estratégias de proteção

### EDITORIAL

#### ITALIANO

[UNHCR: preoccupazione per il clima di intolleranza contro gli stranieri in Italia – 06.11.07](#)

[Protezione dei rifugiati - appello del Premio Nansen – 01.10.07](#)

[Acnur: le politiche di sicurezza, una minaccia per i rifugiati – 01.10.07](#)

[Vescovi USA avvertono il Segretario di Stato americano della terribile piaga dei rifugiati iracheni – 29.07.07](#)

[JRS - Giornata Mondiale del Rifugiato – Comunicato stampa – 19.06.07](#)

[Italia - Rapporto Annuale del Sistema di Protezione per Richiedenti Asilo e Rifugiati – 12.06.07](#)

[Giornata mondiale dei Rifugiati: l'Iraq la maglia nera – 19.06.07](#)

#### PORTUGUÊS

[Brasil recebe último grupo de palestinos – 19.10.07](#)

[Artesanato facilita integração de refugiado reassentado no Brasil – 16.10.07](#)

[Costa Rica - Acordo reforça mecanismos de proteção aos refugiados - 18.09.07](#)

[Política de asilo na União Européia - 27.06.07](#)

[Vaticano: É urgente globalizar proteção a milhões de pessoas - 11.10.07](#)

[Líbano: Pôr fim à discriminação contra os refugiados palestinos - 17.10.07](#)

[Resolvendo conflitos nos campos de refugiados de Darfur – 25.07.07](#)

#### ENGLISH

[Death of 44 Ghanaians in Gambia: Massacre remains a government nightmare – 17.10.07](#)

[Uganda: New Law Guarantees Better Protection for Refugees – 23.06.07](#)

[Burundi-Rwanda - Omar Sabimana: "We are like prisoners in this camp" – 17.10.07](#)

[Eritrea: Long-Term Refugees in Eastern Sudan Need Durable Solution – 22.08.07](#)

[Afghan deportees complain of lack of aid – 14.08.07](#)

[Determined Zimbabweans flow into South Africa – 09.10.07](#)

[Where to Now? Decreasing Options for Displaced Iraqis – 09.07.07](#)

## ESPAÑOL

[JRS - América Latina y el Caribe: declaración del Día Mundial del Refugiado – 19.06.07](#)

[ACNUR condena deportación de refugiados etíopes por gobierno de Sudán – 11.10.07](#)

[Impulsan iniciativa para legalizar a refugiados centroamericanos – 10.08.07](#)

[Medicinas para los huidos de la violència – 27.09.07](#)

[Alemania: duras críticas de ACNUR – 10.08.07](#)

[Amnistía Internacional denuncia las 'condiciones deplorables' de los refugiados palestinos en el Líbano – 19.10.07](#)

[ACNUR asegura que mayoría de refugiados en Venezuela provienen de Colombia – 19.06.07](#)

## EDITORIAL

### **Proteger os refugiados/as e proteger-se dos refugiados/as**

Nos últimos anos, o tema das migrações forçadas tornou-se urgente e desafiador. Um recente relatório da organização *A Christian Aid* estima em 163 milhões o número de *displaced people*, incluindo tanto os refugiados “estatutários” (aqueles que se encaixam na Convenção de Genebra) quanto as pessoas que se deslocam, dentro ou fora do próprio país, por causa de conflitos bélicos, catástrofes naturais e *development projects*. O mesmo relatório sustenta que em 2050 esse número pode alcançar um bilhão de pessoas.

Contrariando esses dados, há alguns anos, o número de refugiados/as calculado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) vem diminuindo constantemente, com exceção do último ano (2006), em que se registrou um relativo aumento (14%), o primeiro desde 2002. Segundo o ACNUR, essa inversão de tendência é determinada pelo alto número de iraquianos na Síria e na Jordânia e, ao mesmo tempo, por mudanças na metodologia de cálculo: nos EUA, por exemplo, o número de pessoas acolhidas na qualidade de refugiados dobrou, de um dia para o outro, em decorrência dessas mudanças.

Mesmo assim, cabe lembrar que, em 1993, consoante o ACNUR, o número estimado de refugiados/as era de 18,2 milhões, quase o dobro que em 2006 (9,8 milhões). Frente essa drástica diminuição é necessário averiguar se estamos diante de uma real redução de pessoas em busca de refúgio ou, então, de uma maior dificuldade em obter o reconhecimento da condição de refugiado.

Para responder essa questão é necessário inserir o tema do refúgio no interior do contexto das migrações internacionais contemporâneas. Em decorrência de diferentes fatores, na atualidade, cresceu de forma significativa o número e/ou a visibilidade dos migrantes internacionais, sobretudo em determinadas regiões do Norte do mundo. Espalhou-se um clima generalizado de medo e insegurança e, concomitantemente, sentimentos e atitudes de rejeição em relação aos migrantes, sumariamente responsabilizados pelas crises sociais.

Nesse contexto, os refugiados/as – acolhidos de braços abertos durante a Guerra Fria por interesses ideológicos – tornaram-se suspeitos de serem simplesmente “migrantes econômicos” disfarçados. Dito em outras palavras, a comunidade internacional, que anteriormente considerava um dever de civilização a acolhida das pessoas perseguidas, está agora enrijecendo os critérios para a concessão da condição de refugiado, sobretudo nos casos, muito freqüentes, em que os solicitantes de refúgio ingressam no país de forma irregular junto às massas de migrantes econômicos.

Enfim, ao que tudo indica, a novidade em relação ao passado não está na diminuição de pessoas que precisam de refúgio, mas no aumento da desconfiança e do descaso por parte dos

principais países de acolhida. Mais que em proteger os refugiados/as, a preocupação atual está em proteger-se deles.

Para corroborar essa afirmação, vale a pena citar a questão dos numerosos campos de refugiados espalhados em países do Sul do mundo, próximos dos países de fuga. Nesses campos, em condições extremamente precárias, vivem milhares de pessoas, rechaçadas pelo próprio país e, ao mesmo tempo, indesejadas pela comunidade internacional. Para esses “refugos” da humanidade nada resta senão viver enclausurados em espaços geográficos eternamente transitórios, como diria Bauman, até que um dia, diante das supostas melhorias na terra de origem, são obrigados a regressar àquela que um dia foi a própria pátria e agora um amontoado de ruínas, más lembranças e anomia.

Os campos, em outros termos, parecem ter a função de evitar que os refugiados/as se espalhem pelo mundo, obrigando numerosos países a acolher essas pessoas em fuga, de acordo com as normas dos instrumentos internacionais. Entregar os solicitantes de refúgio aos agentes humanitários, independentemente das boas intenções destes, permite, de fato, “conciliar o inconciliável: o desejo poderoso de remover o lixo humano [refugiados/as] ao mesmo tempo em que é satisfeito o próprio e pungente desejo de retidão moral” (Bauman, 2007, p. 46).

Por outro lado, seria injusto ignorar o trabalho incessante e profético de numerosos organismos internacionais e organizações não governamentais, sobretudo no que diz respeito ao reassentamento. A resenha cita vários casos de países, inclusive da América Latina, que aceitaram acolher refugiados/as de outros continentes e oferecer possibilidades de reconstruir as próprias vidas.

Enfim, os dramas dos refugiados continuam desafiando e interpelando a comunidade internacional, bem como a consciência de cada ser humano. Nas palavras de Zygmunt Bauman, essas pessoas em fuga “trazem os ruídos distantes da guerra, o mau-cheiro de lares destruídos e aldeias arrasadas que lembram aos estabelecidos com que facilidade o casulo de sua rotina segura e familiar (segura *porque* é familiar) pode ser penetrado ou rompido, e como deve ser ilusória a proteção proporcionada por sua posição na sociedade” (Bauman, 2007).

Não seria exagerado afirmar que o grau de civilização de um povo pode ser mensurado pela abertura em acolher essas pessoas perseguidas. [TOP](#)

## **Protezione dei rifugiati - appello del Premio Nansen**

*Contrastare la xenofobia e fornire alternative alla detenzione di rifugiati e richiedenti asilo*

«I richiedenti asilo che giungono nei diversi paesi del mondo vengono mantenuti in stato di detenzione in condizioni spesso di estremo disagio. Non hanno commesso alcun reato, per cui avvertono un profondo senso di ingiustizia. Dopo essere sfuggiti a povertà e persecuzione, tutto ciò che conoscono del paese ospitante è il centro di detenzione in cui si trovano» ha detto Katrine Camilleri, insignita dall'Agenzia delle NU per i Rifugiati (UNHCR) del Premio Nansen 2007.

Camilleri si è appellata ai governi presenti alla 58a assemblea annuale del Comitato direttivo dell'Agenzia delle Nazioni Unite perché introducano alternative alla detenzione dei richiedenti asilo e rifugiati di ogni parte del mondo, nonché adottino

misure concrete per contrastare i fenomeni di xenofobia cui i rifugiati sono esposti.

Alle ore 18.30 del 1° ottobre Kethrine Camilleri riceverà dall'Alto Commissariato delle NU per i Rifugiati, Antonio Guterres, il Premio Nansen. La legale del JRS è stata prescelta quest'anno dalla Commissione Nansen in virtù della sua eccezionale dedizione alla causa dei rifugiati e per il suo straordinario contributo alla protezione e assistenza a profughi e rifugiati. «I governi hanno a disposizione tutta una serie di opzioni. Anziché rinchiuderli in centri di detenzione, potrebbero considerare di ospitare i richiedenti asilo in strutture aperte, prevedendo un sistema di regolare reporting e programmi di rilascio controllati. L'uso della detenzione dovrebbe essere evitato quanto

più possibile e le condizioni nei centri hanno davvero bisogno di essere migliorati; soprattutto i bambini e altri gruppi vulnerabili non dovrebbero mai essere soggetti a detenzione», ha puntualizzato Camilleri.

Nel suo appello personale, la giovane madre ha insistito sull'importanza che l'azione di governo riveste nei confronti di queste problematiche. Le parole di Katrine trovano eco presso i colleghi JRS di tutto il mondo. «Sono cinque mesi che Asha e i suoi due bambini sono trattenuti, insieme a 170 altre donne e bambini, in uno stanzone di un centro di detenzione thailandese. Possono soltanto praticare un minimo di esercizio fisico due ore alla settimana, e alla figlia di 7 anni è consentito andare a scuola solo due volte al mese. Ma ciò che è peggio, è che all'UNHCR non è più consentito l'accesso al centro per svolgere le pratiche di riconoscimento dello status di rifugiati. Asha e i suoi familiari hanno di fronte a sé due sole alternative: ritornare a casa e affrontare la persecuzione, oppure rimanere nel centro per un tempo indefinito», ha spiegato il responsabile per l'Advocacy del JRS Thailandia, Chen Chen Lee.

I governi devono impegnarsi più attivamente nel perseguimento dell'integrazione e di una maggiore tolleranza da parte delle nostre società. Dopo anni di disinformazione mediatica in svariati paesi, l'atteggiamento del pubblico nei confronti dei rifugiati si è fatto decisamente negativo. Bisogna che questi governi adottino con urgenza iniziative volte a spiegare i motivi per cui i rifugiati e altri

migranti fuggono dai loro paesi d'origine. Tra le popolazioni ospitanti di molti paesi aleggia infatti un clima di paura. «Ana, 48enne rifugiata colombiana di colore, vive in Ecuador. Un giorno, mentre vendeva per la strada degli oggetti di artigianato di sua produzione, una cittadina ecuadoriana l'ha aggredita verbalmente, accusandola di rubare lavoro agli ecuadoriani, e poi l'ha denunciata alla polizia. La donna, che a quel tempo era priva di documenti, si è spaventata a tal punto da non uscire più di casa fino a che non le è stato riconosciuto lo status di rifugiata. Purtroppo, non si tratta di un incidente isolato. Se lo Stato non prende le dovute misure, chi proteggerà Ana?», si è chiesto il direttore del JRS Ecuador, Guillermo Rovayo.

Il Premio Nansen, istituito nel 1954, è intitolato a Fridtjof Nansen, famoso esploratore norvegese e primo al mondo a occuparsi ufficialmente dei rifugiati sul piano internazionale. Edizioni precedenti hanno visto premiati Eleanor Roosevelt e Médecins sans Frontières. La 58a sessione annuale del Comitato Esecutivo dell'UNHCR si terrà al Palazzo delle Nazioni dal 1 al 3 ottobre. Il Comitato Esecutivo esamina e approva i programmi e i budget dell'UNHCR, nonché svolge funzione consultiva su questioni di protezione. [TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=85182&H> - 01.10.07

Data da pesquisa: 25.10.07

## UNHCR: preoccupazione per il clima di intolleranza contro gli stranieri in Italia

ROMA – L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) esprime preoccupazione per il clima di intolleranza manifestatosi a seguito dell'omicidio Reggiani, avvenuto a Roma il 31 ottobre scorso. Il raid punitivo contro un gruppo di romeni, a cui sono seguite nei giorni successivi una serie di aggressioni avvenute ai danni di stranieri o di esercizi commerciali di proprietà di immigrati, hanno messo in evidenza uno stato di tensione nei confronti degli stranieri alimentato negli anni anche da risposte demagogiche alle tematiche dell'immigrazione messe in atto dalla politica.

La retorica anti-immigrazione, cui troppo spesso si è fatto ricorso negli ultimi anni, rischia di criminalizzare intere comunità, scatenando

nell'opinione pubblica reazioni difficilmente contenibili. Già a febbraio di quest'anno il Relatore speciale delle Nazioni Unite sulle forme contemporanee di razzismo, discriminazione razziale, xenofobia ed intolleranza, Doudou Diène, nel suo rapporto sull'Italia metteva in evidenza come si stia manifestando nel paese una 'preoccupante tendenza alla xenofobia e lo sviluppo di manifestazioni di razzismo, in particolare nei confronti delle comunità sinti e rom, degli immigrati e dei richiedenti asilo, soprattutto di origine africana ma anche provenienti dall'Europa orientale, e della comunità islamica'.

In questo contesto, un ruolo fondamentale nell'alimentare un clima di intolleranza è stato

svolto dai mezzi di informazione, la cui ricerca del sensazionalismo, coniugata all'uso di un linguaggio improprio e bellicistico, ha alimentato e sostenuto le ansie dell'opinione pubblica, oscurando gli aspetti positivi dell'immigrazione e puntando spesso sul binomio 'immigrazione=minaccia alla sicurezza'.

Per suscitare una riflessione su queste tematiche in seno al mondo dell'informazione, l'Alto Commissariato ha promosso, in collaborazione con l'Ordine dei Giornalisti e la Federazione Nazionale della Stampa Italiana, l'elaborazione di una Carta che, sul modello di quella di Treviso, relativa alla tutela dei minori, possa fornire delle linee guida per i giornalisti che si occupano di immigrazione e di asilo. La Carta, attualmente al vaglio degli organi direttivi dell'Ordine dei Giornalisti, rappresenta uno strumento invocato in vari documenti dalle istituzioni dell'Unione Europea e del Consiglio d'Europa per impedire che i media alimentino la deriva xenofoba.

La Commissione Europea contro il Razzismo e la Xenofobia (ECRI), ad esempio, ha più volte richiamato l'Italia al rispetto delle norme anti-discriminazione europee in materia di informazione, chiedendo, nel terzo Rapporto sull'Italia (2006), di operare affinché giornalisti ed editori non contribuiscano a 'creare un'atmosfera di ostilità e rigetto verso i membri di qualsivoglia gruppo minoritario, tra cui i cittadini extracomunitari, i rom, i sinti ed i musulmani'.

Per quanto riguarda i rom, va ricordato che questa comunità è stata spesso oggetto di vera e propria persecuzione, come nei recenti casi della Bosnia e del Kosovo, ed è tuttora vittima di discriminazione e di marginalizzazione in vari paesi europei. In Italia la comunità rom include anche rifugiati provenienti dai Balcani. L'UNHCR auspica che si arrivi a

trattare questa complessa questione in maniera equilibrata, attraverso un processo di integrazione che coinvolga la stessa comunità rom e che preveda misure volte a garantire disponibilità di alloggi adeguati e accesso all'istruzione.

In merito al recente decreto in materia di allontanamento dal territorio nazionale per esigenza di pubblica sicurezza, l'UNHCR ribadisce, come affermato da Friso Roscam Abbing, portavoce del Commissario europeo alla Giustizia, Libertà e Sicurezza, Franco Frattini, che le espulsioni di cittadini stranieri debbono sempre avvenire sulla base di provvedimenti individuali che contemplino la possibilità di impugnare la decisione a livello giudiziario. L'UNHCR sottolinea inoltre come i provvedimenti di allontanamento debbano anche prendere in considerazione le conseguenze del rimpatrio per gli individui coinvolti. La giurisprudenza europea, ed in particolare la Corte europea dei Diritti dell'Uomo di Strasburgo, è più volte intervenuta su questo tema, richiamandosi all'articolo 4 del Quarto Protocollo alla Convenzione europea dei Diritti dell'Uomo, che proibisce le espulsioni collettive. La Corte europea ha configurato come espulsioni collettive una serie di espulsioni individuali di persone di una stessa nazionalità.

L'Alto Commissariato auspica quindi che, nel dibattito attualmente in corso in Italia, siano posti al centro i diritti delle persone, il rispetto degli standard internazionali ed il principio di non-discriminazione.

[TOP](#)

Fonte:

[http://www.unhcr.it/index.php?option=com\\_content&task=view&id=962&Itemid=217](http://www.unhcr.it/index.php?option=com_content&task=view&id=962&Itemid=217) – 06.11.07

Data da pesquisa: 11.11.07

## **Acnur: le politiche di sicurezza, una minaccia per i rifugiati**

*L'Alto Commissariato Onu per i rifugiati (Acnur) se la prende con la fobia di sicurezza dell'Occidente*

La responsabile protezione dell'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) ha sottolineato come il funzionamento dei sistemi d'asilo sia dettato da preoccupazioni legate alla sicurezza in un numero crescente di paesi, con una tendenza allarmante alla marginalizzazione dei diritti.

Erika Feller, Assistente Alto Commissario per la Protezione, ha presentato i punti più importanti del

rapporto annuale dell'UNHCR sulla protezione internazionale nel corso della riunione annuale del Comitato Esecutivo dell'Agenzia, composto da rappresentanti di 72 stati.

"Le zone di confine destano particolare preoccupazione a causa della pressoché totale assenza di monitoraggio delle operazioni di intercettazione, di ingiunzione a non entrare nel proprio territorio e di respingimento. Il funzionamento dei sistemi



d'asilo è dettato da preoccupazioni legate alla sicurezza in un numero crescente di paesi", ha detto Feller ai delegati, "e questo sta contribuendo al diffondersi di un modo di pensare che vede i diritti relegati sempre di più ai margini".

La detenzione arbitraria, inclusa quella dei bambini, e la gestione dei centri di detenzione da parte di enti non statali, una tendenza sempre più diffusa divenuta una vera e propria industria in alcuni paesi, sono tra gli aspetti più preoccupanti su cui si sofferma il rapporto UNHCR.

"La creazione di una lobby economica che si battesse per la detenzione di migranti e richiedenti asilo ha minato alle fondamenta i seri sforzi messi in atto per ideare alternative alla detenzione", ha affermato Feller. "Ciò ha contribuito a rendere sempre meno chiare le distinzioni tra i detenuti rifugiati e quelli che non necessitano di protezione".

In alcune regioni, dove gli stati applicano i criteri della Convenzione sui Rifugiati del 1951 in maniera discontinua, ha aggiunto Feller, l'asilo è divenuto una "lotteria".

"Il tasso di riconoscimento dello status di rifugiato, che varia in maniera estremamente significativa tra gli stati, è un indizio importante di questa tendenza", ha proseguito Feller, rivolgendosi ai delegati. "Dai dati emerge con chiarezza che le persone che fuggono dall'Iraq, dallo Sri Lanka o dalla Somalia hanno possibilità di trovare protezione estremamente diverse a seconda di dove hanno presentato domanda d'asilo".

"Le preoccupazioni legate alla sicurezza e la detenzione arbitraria, senza l'applicazione del principio del habeas corpus o la convalida del fermo da parte dell'autorità giudiziaria, stanno gettando i richiedenti asilo in un limbo legale in un numero consistente di paesi\*", ha aggiunto Feller.

La protezione dei rifugiati nel contesto dei flussi migratori misti nel Mediterraneo, nel Golfo di Aden, ai Carabi ed in altre zone del mondo, ha proseguito Feller, è, per l'UNHCR, una priorità assoluta e una importante sfida di lunga durata per quanto riguarda la protezione.

Secondo Erika Feller "dobbiamo ancora trovare un accordo con gli stati per quanto concerne i confini marittimi. Gli stati, infatti, ad oggi negano ancora lo sbarco a migranti e richiedenti asilo e le imbarcazioni a volte si rifiutano di effettuare salvataggi. C'è una preoccupante mancanza di sistemi che bilancino in maniera corretta la gestione dei flussi migratori e la protezione dei rifugiati".

Nel rapporto dell'UNHCR viene dato spazio alle note positive relative al 2006, come il fatto che oltre 700mila rifugiati siano potuti tornare a casa l'anno scorso. Inoltre viene evidenziato come le tendenze in atto per quanto riguarda il reinsediamento - il trasferimento di rifugiati in paesi terzi - siano per lo più positive e che vi sia un aumento nel numero di paesi d'accoglienza. Feller ha sottolineato, tuttavia, come sia fonte di preoccupazione per l'Agenzia il fatto che si stia formando una categoria di persone ritenute "intoccabili" dai paesi di reinsediamento.

"Sempre di più, alcuni gruppi di rifugiati stanno diventando semplicemente degli indesiderabili per i paesi di reinsediamento. Lo status di rifugiato di queste persone ed i loro bisogni in termini di protezione sono fuori discussione, ma quello che viene contestato è l'essere considerati poco desiderabili dagli stati d'accoglienza. Tra gli 'intoccabili' vi sono gruppi etnici ritenuti politicamente scomodi, persone anziane che si teme possano divenire un peso per le casse dello stato, le famiglie numerose, la cui presa in carico è ritenuta troppo onerosa, gli uomini soli, visti come una minaccia per l'ordine pubblico, o i rifugiati dal livello d'istruzione bassa, che potrebbero aver bisogno di tempi più lunghi per integrarsi".

Meno dell'uno per cento dei rifugiati nel mondo beneficia dei programmi di reinsediamento ogni anno. Ciononostante, il reinsediamento è una importante soluzione duratura per i rifugiati e dimostra la condivisione delle responsabilità da parte degli stati. Feller ha aggiunto, a questo proposito, che una condivisione equa delle responsabilità da parte degli stati non si è ancora concretizzata.

"Ad esempio, ciò è dimostrato in maniera molto netta dal numero di rifugiati iracheni che arrivano nei paesi confinanti, dallo scarso riconoscimento del peso che, a causa di ciò, devono sopportare paesi come la Siria, e dall'approccio troppo titubante della comunità internazionale, restia ad aiutare questi paesi. Si tratta del movimento di popolazione che aumenta in maniera più rapida tra quelli cui dobbiamo attualmente far fronte. Senza un sostegno efficace per gli stati ospitanti, la protezione in questi paesi potrebbe rimanere sulla carta", ha concluso Feller. Stando a quanto risulta dalle fonti dell'Agenzia, lunedì 1° ottobre la Siria, che ospita oltre 1,5 milioni di rifugiati, sembrava aver chiuso quasi del tutto il proprio confine ai rifugiati iracheni.

Il testo completo del discorso dell'Assistente Alto Commissario Erika Feller è disponibile sul sito dell'UNHCR, insieme alla Note on International Protection (Nota sulla Protezione internazionale).

[TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=85338&H-01.10.07>

Data da pesquisa: 25.10.07

## Vescovi USA avvertono il Segretario di Stato americano della terribile piaga dei rifugiati iracheni

*Servono più aiuti, soprattutto per i bambini*

WASHINGTON, D.C., domenica, 29 luglio 2007 (ZENIT.org).- La piaga dei rifugiati iracheni è terribile, soprattutto per i bambini, e richiede una maggiore assistenza statunitense, hanno affermato il Cardinale Theodore McCarrick e il Vescovo Nicholas DiMarzio.

In una lettera del 26 luglio inviata al Segretario di Stato americano, Condoleezza Rice, il Cardinal McCarrick, Arcivescovo emerito di Washington, e il Vescovo DiMarzio di Brooklyn, New York, hanno espresso preoccupazione dopo una missione in Turchia, Libano, Giordania e Siria a nome della Conferenza Episcopale Statunitense.

Dopo aver trascorso del tempo nei Paesi confinanti con l'Iraq, i presuli hanno detto: "Era chiaro che i Paesi che abbiamo visitato hanno un estremo bisogno di ulteriore sostegno da parte degli Stati Uniti e della comunità internazionale per fornire un porto sicuro ai quasi due milioni di rifugiati iracheni nella regione".

"Senza un maggiore impegno da parte della nostra Nazione e delle altre", hanno aggiunto,

"temiamo che questi Paesi non accoglieranno e proteggeranno più i rifugiati, soprattutto se la situazione della sicurezza in Iraq si deteriorerà e altri iracheni abbandoneranno le proprie case".

I presuli hanno sottolineato la "mancanza di finanziamenti sufficienti ad assicurare i bisogni di base dei rifugiati e delle loro famiglie", notando che soprattutto l'assistenza medica "non è facilmente disponibile".

"I bambini sono particolarmente vulnerabili", hanno detto i Vescovi. "Molti di loro hanno problemi fisici e psicologici a causa del conflitto", mentre "l'accesso all'istruzione rimane un problema fondamentale". Il Cardinal McCarrick e il Vescovo DiMarzio hanno anche esortato gli Stati Uniti "a lavorare sempre più urgentemente per una transizione responsabile per porre fine alla guerra in Iraq", sottolineando che "l'esistenza di grandi numeri di rifugiati vulnerabili è una tragica e sfortunata conseguenza della guerra".

[TOP](#)

Fonte: <http://www.zenit.org/article-11568?l=italian> – 29.07.07

Data da pesquisa: 31.07.07

## JRS - Giornata Mondiale del Rifugiato – Comunicato stampa

*Le politiche governative costano vite umane. Rimuovere gli ostacoli alla protezione internazionale*

"Avviene sempre più spesso che i governi chiudano le frontiere, intensificando il pattugliamento dei mari e inviando funzionari dei rispettivi uffici immigrazione con l'incarico di esplicitare forme di controllo già nella fase di preimbarco. Le compagnie aeree e di navigazione vengono multate se trasportano migranti privi della prescritta documentazione. Non essendo in grado di ottenere visti e documenti validi i rifugiati

divengono di fatto vittime delle politiche di controllo dei confini", ha spiegato il direttore del JRS International, Lluís Magriñà SJ.

In occasione del 20 giugno, Giornata Mondiale del Rifugiato, il JRS sollecita i governi di tutto il mondo a far sì che nei rispettivi territori siano assicurati accesso e protezione ai rifugiati. Ciò che avviene ora non è soltanto illegale, è ingiusto. Il messaggio

lanciato dai governi è chiaro: non c'è spazio per i rifugiati.

Dal 1993 ad oggi, sono morti almeno 8000, tra rifugiati e migranti, nel tentativo di penetrare nella cosiddetta fortezza Europa. Controlli indiscriminati e inumani ai confini costringono i disperati a correre rischi ancora più gravi, pur di fuggire da condizioni di estrema povertà, dalla persecuzione e dalla guerra.

"I governi investono milioni per respingere i migranti senza documenti. Alcuni paesi come India, USA e Spagna, stanno persino innalzando barriere fisiche per impedirne l'accesso. Non è stata però elaborata nessuna alternativa che eviti ai rifugiati il pericolo di cadere nelle mani di trafficanti e contrabbandieri privi di scrupoli, spesso purtroppo con tragiche conseguenze", ha aggiunto p. Magriñà.

Molto spesso gli stati non fanno distinzione tra quanti costituiscono minaccia per la sicurezza, i migranti e coloro che abbisognano di protezione internazionale. Nel dicembre 2006, in seguito all'esacerbarsi del conflitto in Somalia, le autorità keniane hanno chiuso il confine con lo stato confinante.

"Quest'unica misura ha di per sé costretto migliaia di sfollati somali, in particolare donne e bambini, a vivere in condizioni malsane, durissime, con a rischio la stessa sopravvivenza", ha precisato la direttrice del JRS Kenya, Anne Wangari.

C'è un grave squilibrio tra le esigenze di gestione dei confini e l'obbligo di prestare assistenza ai bisognosi sancito dalle leggi internazionali a tutela dei diritti umani.

"Il costante pattugliamento al largo delle coste australiane impedisce alle navi che trasportano potenziali richiedenti asilo di accedere alle acque nazionali. I pochi che riescono comunque ad entrare in territorio australiano, vengono trasferiti a un centro situato al largo della costa, dove sono trattate le loro pratiche e dove sono imposti seri limiti al loro accesso a forme di sostegno legale e comunitario", fa notare Georgina Pike, responsabile per l'Advocacy del JRS Australia.

Quello della protezione globale dei rifugiati è un sistema ben equilibrato, fondato sul principio della corresponsabilità degli stati. Perché questo sistema possa funzionare in maniera equa ed efficiente, il JRS si appella a tutte le nazioni affinché concedano ai rifugiati accesso e protezione nei rispettivi territori. In particolare, gli stati industrializzati più ricchi devono necessariamente fornire risorse tecniche e finanziarie alle nazioni più povere che ospitano rifugiati, e reinsediare un numero di gran lunga maggiore di rifugiati vulnerabili che non riescono a trovare protezione altrove.

Note per il redattore: Il JRS opera in oltre 50 paesi distribuiti in tutti i continenti. Può contare su un organico di oltre 1000 persone: laici, gesuiti e altri religiosi che si prodigano nel rispondere alle esigenze di carattere educativo, sanitario, sociale e di altra natura di oltre 450 000 rifugiati e sfollati, di cui più della metà è rappresentata da donne. I servizi sono forniti ai rifugiati indipendentemente dalla loro razza, origine etnica o credo religioso.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.iesref.org/statement/index.php?lang=it&sid=2122> – 19.06.07

Data da pesquisa: 29.06.07

## Rapporto Annuale del Sistema di Protezione per Richiedenti Asilo e Rifugiati

E' stato presentato questa mattina a Roma presso il Teatro Capranica, il Rapporto Annuale del Sistema di Protezione per Richiedenti Asilo e Rifugiati (SPRAR), Anno 2006.

Il Rapporto, frutto della collaborazione avviata fra ANCI e CENSIS, contiene i dati significativi sul Sistema di Protezione per l'anno 2006, presentati alla luce dell'attuale contesto normativo e sociale, relativo alla presenza in Italia di coloro che sono scappati da persecuzioni, guerre, violazioni dei

diritti umani. La diffusione del Rapporto Annuale risponde anche all'esigenza di valorizzare il ruolo svolto dagli Enti locali come protagonisti del Sistema pubblico di protezione per richiedenti asilo e rifugiati

Sono 5.347 le persone accolte nello SPRAR nel 2006, il 20% in più rispetto all'anno precedente. Nel dettaglio, sono stati accolti 2.294 richiedenti asilo, 750 rifugiati e 2.303 titolari di protezione umanitaria. I beneficiari dello SPRAR, in preva-



lenza di sesso maschile (71%), con una predominanza di individui in età compresa fra i 26 e i 30 anni (24%) e con una forte percentuale di minori (18%), provengono da 75 Paesi. Il 67,1% proviene dall'Africa e, in generale, i primi cinque Paesi di provenienza sono: Eritrea, Etiopia, Colombia, Togo, Somalia. Complessivamente sono stati monitorati i percorsi in Italia di 7.030 persone.

Il 2006 ha visto il coinvolgimento nello SPRAR di oltre 150 Enti locali, di cui 95 titolari dei 102 progetti territoriali di accoglienza, 19 dei quali rivolti alle categorie più vulnerabili (minori non accompagnati, vittime di tortura e/o di violenza, disabili, soggetti che richiedono assistenza sanitaria specialistica a domicilio, anziani). Sono solo alcuni dei dati che illustrano, per il 2006, l'ampiezza e la dinamicità della rete del Sistema di Protezione che abbraccia 62 province italiane.

Il Sistema di Protezione per Richiedenti Asilo e Rifugiati rappresenta oggi il più importante strumento nazionale di attuazione delle politiche Italiane sull'asilo. Sono stati infatti introdotti sostanziali elementi di innovazione dotando l'Italia di un sistema pubblico di accoglienza e integrazione basato sulla volontaria partecipa-

zione degli Enti locali. Inoltre lo SPRAR si fonda sul concetto di accoglienza "integrata" che prevede servizi alla persona, superando la sola prestazione di vitto e alloggio, e rispondendo pienamente agli standard di accoglienza introdotti dalla legislazione Europea. Il Sistema di Protezione è coordinato dal Servizio Centrale, che ha il compito di assicurare ai singoli progetti il necessario supporto tecnico e di curarne la messa in rete. Il Servizio Centrale è stato attivato dal Ministero dell'Interno ed affidato con apposita convenzione all'ANCI.

Nell'Unione Europea si è assistito, durante l'ultimo quinquennio, a un generale calo delle domande di asilo (-53,2%). Mentre i Paesi dell'Europa meridionale hanno avuto una crescita esponenziale delle domande: Grecia +116%, Malta +262%, Cipro +378%. In questo contesto l'Italia si pone al 9° posto fra i 25 Stati membri dell'UE con 10.348 domande di asilo pervenute nel 2006. [TOP](#)

Fonte:  
[http://www.censis.it/277/372/6065/6212/6217/6220/content.ASP\\_-12.06.07](http://www.censis.it/277/372/6065/6212/6217/6220/content.ASP_-12.06.07)

Data da pesquisa: 28.06.07

## Giornata mondiale dei Rifugiati: l'Iraq la maglia nera

*Torna a crescere il numero dei profughi nel mondo. Non accadeva dal 2002*

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR) ha annunciato oggi che nel 2006 il numero di rifugiati nel mondo è aumentato per la prima volta dal 2002, principalmente a causa della situazione di crisi in Iraq.

Il rapporto '2006 Global trends - Tendenze globali 2006', pubblicato oggi, mostra un aumento del 14 per cento nel numero di rifugiati di competenza dell'Agenzia, che hanno quasi raggiunto i 10 milioni, il livello più alto dal 2002. Allo stesso modo, perlopiù a causa di migliori sistemi di registrazione e di statistiche più accurate, è cresciuto anche il numero di persone che rientrano nelle altre categorie di competenza dell'Agenzia.

In particolare, nel corso del 2006 è quasi raddoppiato, passando da 6,6 a 12,9 milioni, il numero di sfollati interni protetti o assistiti dall'UNHCR, causa principale del netto aumento nel numero delle persone di competenza

dell'Agenzia dai 21 milioni del 2005 ai quasi 33 milioni del 2006

"Di fronte all'aumento nel numero di persone sradicate dalla persecuzione, dall'intolleranza e dalla violenza a livello globale, dobbiamo affrontare le sfide e le richieste di un mondo che cambia, rimanendo tuttavia fedeli al nostro mandato di difesa dei diritti dei rifugiati e delle altre persone di cui ci occupiamo", ha detto l'Alto Commissario per i Rifugiati António Guterres.

Stando al rapporto dell'UNHCR, l'aumento nel numero di rifugiati è dovuto in gran parte alla situazione in Iraq, che, alla fine del 2006, aveva costretto oltre 1,5 milioni di iracheni a cercare rifugio in altri paesi, tra cui in particolare Siria e Giordania.

Nel 2006 il gruppo più numeroso di rifugiati sotto la competenza dell'UNHCR ha continuato ad essere quello degli afgani (2,1 milioni), seguiti da iracheni (1,5 milioni), sudanesi (686mila), somali

(460mila) e dai rifugiati dalla Repubblica democratica del Congo e dal Burundi (circa 400mila da ciascun paese). Tuttavia, i primi dati per il 2007 mostrano un aumento nel numero di rifugiati iracheni, che sarebbero almeno 2,2 milioni nei soli paesi della regione.

Dai dati dell'UNHCR sono esclusi i circa 4,3 milioni di rifugiati palestinesi che si trovano in Giordania, Libano, Siria e nei Territori Palestinesi Occupati, di competenza di un'altra agenzia, l'Agenzia delle Nazioni Unite per il soccorso e l'occupazione dei rifugiati palestinesi nel Vicino Oriente (UNRWA). La somma del numero di rifugiati di competenza delle due agenzie dà un totale di oltre 14 milioni.

Oltre ai rifugiati l'UNHCR si occupa ormai da parecchi anni di specifici gruppi di sfollati interni, o IDP (Internally Displaced People). Gli sfollati interni sono persone che sono dovute fuggire dalle proprie case a causa delle minacce alla loro sicurezza, ma che non hanno attraversato alcun confine riconosciuto a livello internazionale. Il Centro di Monitoraggio sullo Sfollamento Interno del Consiglio Norvegese dei Rifugiati stimava in 24,5 milioni gli sfollati interni fuggiti dai conflitti alla fine del 2006.

Per far fronte ai bisogni degli sfollati interni, specifiche funzioni settoriali sono state assegnate a varie agenzie delle Nazioni Unite nel 2006. Nel quadro di questa ripartizione delle responsabilità, l'UNHCR è stata designata responsabile per la protezione, gli alloggi d'emergenza ed il coordinamento e la gestione dei campi in situazioni di sfollamento interno in vari paesi, tra cui l'Uganda, la Repubblica democratica del Congo, la Liberia e la Somalia. Come conse-

guenza di questa riorganizzazione, il numero degli sfollati interni protetti o assistiti dall'UNHCR è quasi raddoppiato.

L'aumento nel numero degli sfollati di competenza dell'UNHCR non è dovuto però esclusivamente alla riorganizzazione in seno alle Nazioni Unite. Nel 2006 centinaia di migliaia di persone sono state costrette a fuggire all'interno dei propri paesi a causa della violenza in Iraq, Libano, Sri Lanka, Timor Est e Sudan. Alla fine dello scorso anno il numero di sfollati protetti o assistiti dall'UNHCR attraverso il meccanismo di coordinamento tra agenzie delle Nazioni Unite ha raggiunto il livello record di quasi 13 milioni, oltre la metà del numero totale stimato di sfollati nel mondo.

Gli apolidi, ovvero coloro che non hanno una nazionalità, e quindi nei casi più estremi si ritrovano ufficialmente a non esistere, sono un altro gruppo che ha beneficiato dell'approccio più focalizzato da parte dell'UNHCR, in collaborazione con i paesi d'accoglienza ed i donatori.

Un'indagine articolata, cominciata nel 2003 e svoltasi negli stati ospitanti, ha prodotto una visione d'insieme completa per quanto riguarda la portata e la complessità della questione dell'apolidia. Nel 2006 il numero totale di persone identificate come apolidi è così quasi raddoppiato, raggiungendo i 5,8 milioni. Questo aumento non riflette nuovi casi di apolidia ma è, piuttosto, conseguenza dell'utilizzo di migliori dati. [TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=81927> - 19.06.07

Data da pesquisa: 19.06.07

## **Brasil recebe último grupo de palestinos**

Chegou nesta sexta-feira (19) ao Brasil o terceiro e último grupo de refugiados palestinos acolhidos pelo Programa de Reassentamento Solidário. O grupo de 28 pessoas saiu nesta quinta-feira (18) do campo de refugiados de Ruweished, na Jordânia (a 70 quilômetros da fronteira com o Iraque), onde viviam desde 2003. Outros 35 palestinos chegaram nas mesmas condições ao Brasil em setembro, e um segundo grupo, com 36 refugiados, desembarcou no país no início do mês (05/10).

A decisão do Governo foi tomada em maio deste ano pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), presidido pelo Ministério da Justiça. O Conare é formado por outros órgãos federais e entidades não governamentais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro.

Antes de chegar ao campo de Ruweished, o grupo residia no Iraque e abandonou o país após a queda do regime de Saddam Hussein, em 2003. Assim

como outros palestinos, tornaram-se vítimas de prisões arbitrárias, desaparecimentos e torturas por parte de milícias armadas. Muitos conseguiram fugir para a Jordânia e Síria, onde foram abrigados em campos na fronteira com o Iraque. Com a decisão do Governo brasileiro de receber os palestinos, este campo será fechado.

Na Jordânia, primeiro país de refúgio, os palestinos não eram reconhecidos pelas autoridades locais. Por isso, não encontraram a segurança e liberdade desejadas, uma vez que não tinham o direito de entrar e sair do acampamento, salvo em casos de emergência. As condições do campo de Ruweished, localizado no deserto jordaniano, são precárias. A região é infestada por escorpiões e tempestades de areia e variações climáticas são constantes durante todo o ano.

Nas últimas semanas, os refugiados passaram por exames médicos de rotina e tiveram sua documentação regularizada. Além disso, o grupo continua recebendo orientação cultural, que foi iniciada no próprio campo de Ruweished, numa iniciativa conjunta entre o Conare e os escritórios do Acnur no Brasil e na Jordânia. Os refugiados já receberam informações sobre as condições de vida e costumes no Brasil, como também sobre o apoio que receberão das ONGs para sua integração, direitos e deveres no país.

Os refugiados serão reassentados nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde o Acnur trabalha em parceria com as ONGs Cáritas Brasileira e Associação Antônio Vieira (ASAV). Eles receberão uma ajuda inicial para aluguel de moradia, compra de móveis e assistência material, além de aulas de português. As crianças devem

começar a freqüentar escolas brasileiras a partir do próximo ano letivo.

Refúgio no Brasil - Os palestinos são o maior grupo de refugiados recebido de uma só vez pelo programa brasileiro de reassentamento. Trata-se de um grupo heterogêneo, constituído por pessoas de origem urbana que viviam em Bagdá e proximidades. Cerca de 75% são adultos, na maioria homens.

Os palestinos que chegaram ao Brasil foram beneficiados pelo Programa de Reassentamento Solidário, criado para receber refugiados que escapam de conflitos armados ou violência generalizada e que não podem continuar no país de primeira acolhida. O programa regional de reassentamento foi desenvolvido no contexto do Plano de Ação do México, uma estratégia conjunta de proteção aos refugiados na América Latina e assinado por 20 países da região em 2004, inclusive o Brasil.

Atualmente, o maior grupo de reassentados é composto por vítimas de conflito armado na Colômbia. O reassentamento é uma medida de proteção que oferece um ambiente mais seguro para os estrangeiros que continuam enfrentando ameaças, perseguições e problemas de integração no país de refúgio.

De acordo com o Conare, o Brasil possui cerca de 3,4 mil refugiados reconhecidos, provenientes de 69 nacionalidades diferentes. Grande parte (78%) vem do continente africano, e os angolanos formam a maior população (1.684 pessoas). [TOP](#)

Fonte: [http://www.onu-brasil.org.br/view\\_news.php?id=6092](http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=6092) - 19.10.07

Data da pesquisa: 04.1

## **Artesanato facilita integração de refugiado reassentado no Brasil**

Brasília, 15 de outubro de 2007 – Luiz Eduardo Garzon, refugiado colombiano reassentado no Brasil, é artesão e cria manualmente produtos como máscaras coloridas, bonecos e chaveiros, além de fazer pinturas em tela e outros materiais. No começo deste mês, ele participou da IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, onde teve a oportunidade de expor nacionalmente seu artesanato.

À primeira vista, os visitantes do evento poderiam se perguntar porque produtos artesanais estavam expostos em uma feira agrícola. Porém bastava observar mais atentamente as criações de Garzon para entender porque o artesanato dele faz parte tanto do universo agrícola quanto do conceito de sustentabilidade, tema do evento. O colombiano cria objetos de decoração e móveis, entre outros, a partir de produtos naturais, como casca de

laranja, castanha-de-cajú, folhas desidratadas e sementes.

“Estou muito feliz com a possibilidade de mostrar meu trabalho para todo o país”, afirmou Garzon. Ele acredita que sua participação na feira irá ajudar a impulsionar seus negócios, pois além de ser uma oportunidade para fazer contatos, pôde comercializar seus produtos para pessoas de todo o país e conhecer novidades do mercado. “Estou cheio de novas idéias e quero colocá-las em prática quando voltar para minha cidade”, contou.

Garzon e sua mulher sustentam a família com o artesanato desde que moravam no departamento de Caldas, na Colômbia, antes de fugirem para o vizinho Equador em 2005 devido à perseguição de grupos armados irregulares.

A possibilidade de dar continuidade à atividade profissional que exerciam antes de chegar ao país evidencia a eficácia das políticas nacionais de reassentamento e integração local para refugiados. No Brasil, existem aproximadamente 3.500 refugiados reconhecidos pelo governo, dos quais mais de 250 foram reassentados a partir de um acordo firmado com o ACNUR em 1999. Este total não inclui os cerca de 100 palestinos que viviam num campo de refugiados na Jordânia e que foram aceitos pelo país este ano.

Garzon se candidatou ao reassentamento no Equador, pois continuou sofrendo ameaças. O ACNUR encaminhou seu caso ao Brasil, onde ele foi aceito e vive com a família há pouco mais de um ano. Foram reassentados na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, na região nordeste do país.

Para facilitar a integração no Brasil, o ACNUR e seu parceiro local, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), assistiram a chegada da família de Garzon e forneceram informações importantes sobre o país, como por exemplo seus direitos. Atualmente, os colombianos estão cadastrados em um programa

municipal de acesso à moradia popular e no sistema público de saúde. A filha do casal recebe uma ajuda mensal do governo brasileiro por meio de um programa social para redução da pobreza.

“Temos um resultado muito positivo na integração social e no processo de adaptação dos refugiados. Agora nosso objetivo é avançar na integração econômica dessas pessoas”, explicou o diretor do CDHMP, Aluizio Matias.

Garzon e sua esposa são exemplos positivos de integração econômica. Estão registrados como artesãos tanto na prefeitura municipal de Natal quanto no governo estadual, o que possibilita ao casal expor seus produtos e vendê-los sem a necessidade de pagar impostos.

Finalmente distante da violência e do medo, Garzon ganhou mais inspiração para o trabalho artesanal. “Comecei a aprender sobre as sementes, folhas e frutas da região para usar no meu trabalho”, contou ele. “Eu e minha família comemos muita laranja aqui, porque é uma fruta barata, então comecei a desenvolver produtos com as cascas”.

Garzon e sua esposa ganham o suficiente para sustentar a família com a venda dos produtos artesanais e as aulas que de vez em quando ministram em cidades da região. O próximo objetivo do casal é conseguir comercializar seus trabalhos em outros Estados, aumentando assim a renda mensal da família. A participação do colombiano na feira de Brasília, com o apoio do ACNUR e do CDHMP, representa um primeiro passo.

O sucesso da família de Garzon pode servir de inspiração para os palestinos que estão começando suas vidas no Brasil. O país integra o programa regional de reassentamento solidário, firmado em 2004 por 20 países da região como parte do Plano de Ação do México. [TOP](#)

Fonte: [http://www.acnur.org/index.php?id\\_pag=6903](http://www.acnur.org/index.php?id_pag=6903) – 16.10.07

Data da pesquisa: 21.10.07

## **Política de asilo na União Europeia: Como reconhecer um refugiado?**

*20 de Junho é o dia definido pelas Nações Unidas para Dia Mundial do Refugiado. O Parlamento Europeu debateu nesta mesma data um relatório do eurodeputado austríaco Hubert Pirker (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus) sobre um sistema Europeu comum de asilo. O Parlamento tem prestado muita atenção a este assunto e enviou mesmo uma delegação da comissão*



*parlamentar das Liberdades Cívicas a centros de detenção de imigrantes ilegais e de acolhimento de requerentes de asilo.*

Em 2005, cerca de 181.700 pessoas pediram asilo na União Europeia e os países mediterrâneos esperam que este número aumente.

O verão é a época em que se contabilizam mais intenções de alcançar território comunitário de forma ilegal. Na maioria das vezes, o imigrante arrisca a própria vida, viajando sem o mínimo de condições de sobrevivência. Recentemente, 27 náufragos africanos passaram três dias agarrados a redes para pescar atum num navio no Mediterrâneo antes de serem resgatados.

### **Solidariedade entre os Estados-Membros**

São muitos aqueles que acreditam que os principais problemas ao abordar o tema da imigração se devem à falta de uma política comum Europeia que funcione adequadamente na área do asilo e da imigração. Na comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, o eurodeputado austríaco Hubert Pirker (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus) apresentou um relatório sobre cooperação e tomada de decisões no sistema Europeu comum de asilo.

O documento pede uma política mais activa neste âmbito, além de um procedimento único em todos os Estados-Membros que assegure que aqueles com direito ao estatuto de refugiados o obtenham mais rapidamente. O texto faz ainda alusão à supressão das dificuldades técnicas para introduzir uma base de dados comum, com informação sobre os países de origem dos imigrantes, e a uma maior solidariedade com os Estados-Membros situados nas fronteiras exteriores da União Europeia.

Para Pirker, "repartir as tarefas significa que cada Estado-Membro, dependendo do seu tamanho, contribui para uma observação completa e funcional das suas fronteiras, ao distribuir recursos como barcos, helicópteros, mecanismos de visão nocturna e ajuda financeira. Não significa que os imigrantes ilegais devem ser distribuídos proporcionalmente pelos Estados-Membros, o que teria como efeito encorajar os emigrantes, ideia à que me oponho frontalmente".

### **O que é um refugiado?**

Um dos principais problemas para a gestão da imigração na Europa é a distinção entre imigrantes e refugiados. Este factor é o principal objectivo do Sistema Europeu Comum de Asilo, criado em 1999 na Convenção de Genebra, que tem como base criar normas comuns de asilo e protecção para a Europa até 2010.

No entanto, a sua prática vai divergir entre cada Estado-Membro. O Conselho Europeu sobre Refugiados e Exilados definiu que mesmo que um Estado-Membro atribua o estatuto de refugiado a 90% dos chechenos que o solicitam, um outro Estado-Membro não aceitará praticamente nenhum. As organizações de refugiados criticaram por diversas vezes o sistema, considerando-o como uma "lotaria".

Segundo Pirker, "a cooperação das autoridades públicas deve ser melhorada, para que os procedimentos sejam conduzidos de forma rápida e através da utilização de normas comuns".

### **Delegação parlamentar na Grécia**

Entre 13 e 16 de Junho, uma delegação de eurodeputados da comissão das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu visitou centros de detenção de imigrantes ilegais e de acolhimento de requerentes de asilo naquele país e reuniu com funcionários e ONGs. Nos últimos 18 meses foram realizadas visitas idênticas a Malta, Paris, Lampedusa (Itália), Ceuta, Melilha e às Ilhas Canárias (Espanha).

Segundo a responsável pela delegação, a eurodeputada francesa Martine Roure (Grupo Socialista), "infelizmente constatamos grandes disparidades no acolhimento de emigrantes. Os Estados-Membros das fronteiras da Europa, em particular pequenos países como Malta, suportam uma maior pressão migratória que outros. A União Europeia deveria ser solidária, de forma a permitir uma recepção em conformidade com a protecção dos direitos básicos dos emigrantes".

### **Soluções possíveis**

O relatório reclama melhores condições de vida ou protecção humanitária para as pessoas que conseguiram o estatuto de refugiado, de forma a que seja possível encetar uma efectiva



integração na vida política e social da comunidade de acolhimento. O documento faz ainda referência à necessidade de campanhas de informação nos países de origem para mostrar aos potenciais imigrantes os riscos da imigração ilegal e as consequências da negação do estatuto de refugiado.

Segundo a eurodeputada francesa Hennis-Plasschaert (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa), "necessitamos de uma política comum para limitar as vagas de

imigração. Reforçar apenas as fronteiras não ajudará a longo prazo". Outra solução passa por fomentar a criação de emprego em África. A União Europeia já decidiu estabelecer um departamento experimental de emprego no Mali para recrutar trabalhadores temporários. [TOP](#)

Fonte: [http://www.europarl.europa.eu/news/public/story\\_page/022-7908-169-06-25-902-20070615STO07873-2007-18-06-2007/default\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/news/public/story_page/022-7908-169-06-25-902-20070615STO07873-2007-18-06-2007/default_pt.htm) - 27/06/07

Data da pesquisa: 09/11/07

## Acordo reforça mecanismos de proteção aos refugiados

Segundo país em concentração de refugiados colombianos na América Latina, depois do Equador, a Costa Rica tem atualmente 11 mil pessoas nesta situação- das quais dez mil são cidadãs da Colômbia - que buscaram proteção no país, porque suas vidas, liberdade e segurança estavam em risco. Para reforçar os mecanismos de proteção aos refugiados, Mario Zamora, diretor geral da Direção Geral de Migração e Estrangeiros, e Jozef Merkx, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para os refugiados (Acnur), assinaram na última sexta-feira (14) um Acordo de Cooperação.

O acordo está estimado em cerca de 60 mil dólares norte-americanos e prevê compromissos das duas instituições para "garantir o direito de asilo, respeitando os padrões internacionais na tomada de decisões sobre quem pode ser qualificado, ou não, como refugiado", uma responsabilidade que recai sobre o Estado costarricense através da Migração e Estrangeiros.

"Com a assinatura do acordo, ambas instituições nos comprometemos a materializar muitas propostas que beneficiarão à população refugiada", disse Jozef Merkx, representante da Acnur na Costa Rica. A função do organismo da ONU é apoiar o governo costarricense em seus esforços para garantir o direito de asilo, de acordo com as regras internacionais.

Entre os compromissos estabelecidos pelas duas instituições estão: a criação de um Departamento para refugiados, onde tramitará todo o que for relacionado esse assunto, pois ele é muito específico; a capacitação de funcionários de migração, para reforçar o mecanismo de tomada de decisões sobre quem qualifica para ser reconhecido

como refugiado; melhorar o documento de identificação e dar permissão de trabalho temporária para os solicitantes de asilo.

Também foi acordada a criação de um Centro de Orientação Legal na Plataforma de Serviços de Migração, para garantir a confidencialidade dos usuários, procurar melhorar a geração de estatísticas atualizadas e com maior número de variáveis. Na Migração, se dará continuidade às solicitações de reunificação familiar de refugiados, assim como a digitalização e individualização das saídas dos refugiados.

Acnur financiará a contratação de dois funcionários especializados que serão supervisionados pela Migração. Também será contratado um analista de computador para melhorar o sistema de estatística. O dinheiro enviado à Costa Rica será ainda para apoiar a adequação física do Centro de Orientação Legal; capacitar; patrocinar bolsas para cursos especializados em Direito Internacional de refugiados; possibilitar que os funcionários especializados tenham acesso a Internet; e doar materiais.

O Acordo prevê a continuidade do apoio ao Centro de Proteção a Estrangeiros em Trânsito mediante visitas periódicas, capacitação, doações e modificação do atual Protocolo de Procedimento. "O apoio que a ACNUR dá à Direção de Migração e o fortalecimento desta com o acordo de cooperação, permitirá melhorar os serviços prestados à população refugiada no país", disse Mario Zamora. [TOP](#)

Fonte: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29573&busca=refugiados> - 18/09/07

Data da pesquisa: 09/11/07

## Vaticano: É urgente “globalizar” proteção a milhões de pessoas: os refugiados

*Adverte a Santa Sé ao ACNUR*

Prestar maior atenção a 34 milhões de pessoas – entre refugiados e desabrigados – requer uma “globalização da proteção” de seus direitos, advertiu o observador permanente da Santa Sé ante a Sala da ONU e das Instituições Internacionais em Genebra.

O arcebispo Silvano Tomasi apontou números ao intervir, em 2 de outubro passado, na 58ª sessão do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O número de refugiados aumentou novamente até dez milhões aproximadamente, e o de desabrigados internos supera os 24 milhões.

“Milhões de seres humanos comuns são vítimas de incríveis situações de humilhação e sofrimento”, denunciou.

A tendência estatística mostra que o desarraigo do próprio lar é «uma injustiça essencial provocada pelos persistentes conflitos que desencadeiam esta condição inumana», expressou Dom Tomasi, recordando o que expulsa as pessoas de suas casas e de seu país de origem: “miséria extrema, degradação ambiental, intolerância e perseguição religiosa, falta de liberdade, ausência de respeito da atividade de defesa pró-direitos humanos”.

«As pessoas desabrigadas devem trasladar-se porque seus direitos não são reconhecidos», e «neste êxodo, seus direitos são violados novamente», resumiu.

Neste contexto, o prelado recordou ao ACNUR que “uma aproximação que abra a novos compromissos e leve a medidas práticas de assistência se baseia no restabelecimento do lugar central que a dignidade humana e os direitos

humanos deverão ter nas políticas de asilo e de refugiados”.

E “o respeito dos direitos de todos os desabrigados leva a uma resposta e a uma proteção global – sublinhou –, de maneira que de uma globalização dos direitos se deriva uma globalização da proteção”.

“Uma perspectiva global dos direitos humanos – aprofundou – pode indicar critérios e meios apropriados que deveriam ser aplicados desde o momento em que uma pessoa se vê obrigada a abandonar seu lar e a pedir asilo até que consiga uma solução duradoura”.

Em particular – assinalou – “deveria dar-se nova ênfase à prevenção e à construção da paz, ao diálogo e à reconciliação”.

“A prevenção de conflitos, que são sempre fonte de violações dos direitos humanos e de deslocamentos massivos forçados, deve converter-se no principal caminho dos esforços da comunidade internacional para erradicar a tragédia do deslocamento obrigado”, considera.

Mas as crises que causam o drama de refugiados e desabrigados já se converteram em uma “dimensão rotineira da vida diária”, lamenta.

Dom Tomasi adverte de que “a opinião pública tende a aceitar quase como normal o fato de que milhões de seres humanos estejam desabrigados e relegados a condições miseráveis e dolorosas”.

Por isso – afirma – “acolher os refugiados e dar-lhes hospitalidade é, para cada um, um gesto fundamental de solidariedade humana, a fim de ajudá-los a que se sintam menos isolados da intolerância e do desinteresse”. **TOP**

Fonte: <http://www.zenit.org/article-16404?l=portuguese> – 11/10/07

Data da pesquisa: 09/11/07

## Líbano: Pôr fim à discriminação contra os refugiados palestinos

*Pedimos ao governo do Líbano que adote medidas imediatas para eliminar toda forma de discriminação contra a população refugiada palestina, a fim de que possam exercer seus direitos econômicos, sociais e culturais em pé de igualdade com o restante da população*

O governo libanês deve adotar medidas concretas para pôr fim a todas as formas de discriminação contra refugiados palestinos e para proteger e fazer respeitar seus direitos humanos integralmente, disse a Amnesty International em novo informe apresentado em uma coletiva imprensa realizada hoje, 17 de outubro de 2007, em Beirute.

Este novo informe intitulado “Exílio y sufrimiento: población palestina refugiada em Líbano”, examina a ampla diversidade de restrições que continuam afetando a vida de milhares de refugiados palestinos, 60 anos depois que eles, seus pais ou pais destes fugiram para o Líbano durante os acontecimentos que envolveram a criação do Estado de Israel e a guerra árabe-israelense de 1948.

“Pedimos ao governo do Líbano que adote medidas imediatas para eliminar toda forma de discriminação contra a população refugiada palestina, a fim de que possam exercer seus direitos econômicos, sociais e culturais em pé de igualdade com o restante da população do Líbano. A permanência das restrições que impedem os refugiados palestinos de exercer seu direito ao trabalho, à educação, à saúde e a uma moradia adequada carece por completo de justificação, assim sendo, tais restrições devem ser abolidas sem demora” disse Amnesty International.

Mais da metade dos 300.000 refugiados palestinos no Líbano reside em 12 campos oficiais para a população refugiada palestina. A extensão de terreno designada para estes campos variou apenas em 1948, apesar de a população ter experimentado um crescimento notável. Em alguns casos, famílias de dez membros habitam um só cômodo. Estas pessoas continuam privadas do direito a uma moradia adequada devido aos níveis de habitação inaceitáveis, restrições sobre a propriedade das moradias e, nos campos do sul do Líbano, restrições excessivas sobre o direito a reparar ou melhorar suas casas. A Amnesty International documentou casos de refugiados palestinos que sofreram intimidação, imposição de multas e detenção simplesmente por tentar levantar uma parede de tijolos para proteger seu lar das inclemências.

A população palestina continua discriminada e marginalizada no mercado de trabalho, o que contribui para os altos índices de desemprego,

salários baixos e precárias condições de trabalho. Embora as autoridades libanesas tenham levantado recentemente a proibição que pesava sobre 50 dos 70 tipos de trabalho reservados para eles, os palestinos continuam encontrando obstáculos para conseguir emprego em algum deles. Devido à falta de perspectivas para conseguir um emprego adequado, existe um alto índice de abandono dos estudos entre os alunos palestinos, que também têm limitado seu acesso ao ensino público secundário. A pobreza resultante se vê agravada pelas restrições impostas ao acesso aos serviços sociais.

“Cabe reconhecer que, durante quase seis décadas, a população e as autoridades libanesas ofereceram alojamento a milhares de refugiados palestinos, e que isto supõe um elevado custo – tanto econômico como de outra índole – para o Líbano. Reconhecemos também que a responsabilidade pelo sofrimento dos refugiados palestino vai mais além das fronteiras libanesas e recai também sobre Israel e a comunidade internacional que, durante 60 anos, não foi capaz de encontrar uma solução duradoura para a difícil situação dos refugiados palestinos, nem proteger devidamente seus direitos como pessoas refugiadas” assinala a Amnesty International. Não obstante, o governo do Líbano tem a obrigação de acabar de imediato com todas as formas de discriminação que sofre a população refugiada palestina e respeitar integralmente seus direitos humanos.

Em seu informe, a Amnesty International reconhece que o atual governo do Líbano tem ido mais longe que seus predecessores ao abordar as restrições que inibem os direitos da população palestina, o que inclui suavizar aquelas que foram impostas sobre a tentativa de dar solução ao problema dos palestinos não classificados como desabrigados internos; calcula-se que existam entre 3.000 a 5.000 refugiados que não foram registrados pelo Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) nem pelas autoridades libanesas, e são aqueles que enfrentam as piores condições.

A Amnesty International pediu à comunidade internacional que faça todos os esforços necessários para encontrar uma solução duradoura para a situação dos refugiados palestinos que respeite e proteja integralmente

seus direitos humanos, inclusive seu direito de retorno, o que inclui proporcionar ajuda técnica e econômica para o Líbano para que possa oferecer o máximo possível de proteção dos direitos humanos a população refugiada palestina.

“A comunidade internacional deve proporcionar assistência técnica e econômica ao Líbano para que a população refugiada desfrute ao máximo de sua proteção em matéria de direitos humanos. Isto deve incluir uma resposta favorável ao apelo das autoridades libanesas, realizado em 10 de setembro, em favor da contribuição de fundos destinados à reconstrução do campo de Nahr al-

Bared - que ficou gravemente danificado neste ano por causa dos combates entre membros de um grupo armado extremista e o exército libanês – e suas imediações, assim como garantir que o Organismo de Obras Públicas e Socorro da ONU disponha de mandato e fundos necessários para dar pleno atendimento às necessidades da população refugiada palestina”. [TOP](#)

Fonte:  
[http://www.br.amnesty.org/index\\_noticias.shtml?sh\\_itm=587d49ca9eae5dca4c1da979c294038e](http://www.br.amnesty.org/index_noticias.shtml?sh_itm=587d49ca9eae5dca4c1da979c294038e) – 17/10/07

Data da pesquisa: 09/11/07

## Resolvendo conflitos nos campos de refugiados de Darfur

### *Ação conjunta da Cáritas e uma aliança internacional de Igrejas*

Os conflitos por todo motivo são freqüentes nos campos de refugiados. Uma simples formação na resolução de conflitos pode evitar ou superar a maior parte deles, uma autêntica maneira de promover a reconciliação. É o que fazem Cáritas Internacional e a Aliança de Comunidades Cristãs ACT (Action by Churches Together International), na região em conflito de Darfur, Sudão.

«Nenhuma sociedade está livre de problemas», diz Ahmed, um jovem de um dos muitos campos de Darfur. «Estamos juntos neste campo, unidos por nossa situação, mas quando há um problema, as pessoas com freqüência se dividem em grupos baseados em sua origem.»

Com milhares de pessoas levadas à força desde suas casas a campos superpovoados, onde os recursos e as oportunidades escasseiam, as disputas se converteram em uma cena da vida cotidiana nos campos de desabrigados de Darfur.

O conflito de Darfur, no oeste do Sudão, acontece principalmente entre os yanyauid, um grupo de milicianos formados por membros das tribos dos abbala (criadores de camelos de etnia árabe) e os povos não-baggara, principalmente agricultores. Praticamente todos são de religião muçulmana.

Crê-se que mais de dois milhões de pessoas se viram desabrigadas de seus lares por causa do conflito, que deixou umas 400.000 vítimas.

«Há muitos problemas dentro do campo; problemas entre as famílias – normalmente entre o homem e a mulher, problemas entre um xeique

e as pessoas de sua aldeia, disputas entre um comprador e um vendedor», reconhece Ali, xeique delegado dos xeiques no campo Dereig, onde se refugiam normalmente mais de 20.000 pessoas.

«Também, às vezes se dão mal-entendidos entre diferentes grupos. Se uma organização está servindo um setor do campo e outro setor próximo não recebe nada, isso pode provocar um conflito», explica Ahmed, de Mershing, onde há 50.000 pessoas vivendo em campos.

Contudo, com capacitação e a assistência de Cáritas Internacional, de Action by Churches Together International, e das Igrejas locais, vários grupos de xeiques, mulheres e jovens, estão recebendo ajudas para não se prenderem em barulhentos e por vezes perigosos conflitos em ocasiões por aspectos sem muita importância.

Foram criados comitês de resolução de conflitos e reconciliação (formados por jovens, mulheres ou xeiques) em cinco campos, no sul de Darfur: O Neem, Mershing, Dereig, Merir e Ta'asha.

«Desde que estabelecemos o comitê, atuamos para resolver muitos problemas no campo – diz Ahmed, membro do comitê de reconciliação juvenil de Mershing. Por exemplo, disputas entre marido e mulher, entre grupos e rapazes. Também integramos as equipes de futebol do campo com as da comunidade local.»

«Para resolver um conflito, a forma de criar reconciliação é mediar. Este é nosso papel», explica Babi, outro membro do comitê juvenil.



Salih, membro do comitê de resolução de conflitos dos xeiques do campo Derieg, explica: «Na capacitação, aprendemos como intervir para resolver um problema entre pessoas ou grupos, ouvimos ambas as partes, inicialmente por separado, e depois as duas partes juntas, com o comitê atuando como parte neutra para mediar entre eles. Isso possibilita a ambas partes falar de maneira que os mediadores possam determinar o modo de fazer a paz. Isso é também reconciliação».

Mas não se dão só conflitos dentro do campo. «Compartilhamos as bombas de água com a comunidade local, mas surgem problemas e eles nos insultam, dizendo que só lhes trouxemos problemas. Quando vamos buscar lenha, com frequência homens armados nos ameaçam e atacam. Cada mês se assalta as mulheres e às vezes morrem assassinadas quando vão buscar lenha», informa Babi.

Os comitês são capazes de endereçar e resolver os conflitos fora dos campos? Em Mershing, o comitê juvenil não pensa que seja possível. «Não temos autoridade para mediar com os de fora da comunidade; estão armados e nós somos pessoas comuns – explica Ahmed. Mas se eles abaixam as armas, há possibilidades. Os seres humanos podem fazer qualquer coisa juntos.»

O comitê de xeiques compartilha um ponto de vista similar. «Durante a capacitação, recebemos

informação sobre os direitos -- direitos humanos, os direitos de mulheres e crianças --, pois como cidadãos temos direitos, somos iguais que os outros, em todos os níveis», afirma Ali.

«Mas estamos aqui nos campos porque há discriminação. Se houvesse igualdade e justiça, não estaríamos nos campos.»

Segundo o xeique Ali, é necessário que aconteçam três coisas. «Darfur não se estabilizará até que não as milícias não sejam desarmadas. Depois, é necessário o reconhecimento dos culpados, de maneira que possa haver reconciliação e perdão; e conversas, com a participação de todos os habitantes de Darfur e uma parte neutra no papel de mediador, para resolver a atual crise.»

Ali é otimista. «Podemos usar os métodos que aprendemos na capacitação para resolver qualquer problema. Temos de usá-los no futuro, de maneira que quando voltamos às nossas casas, possamos coexistir pacificamente de novo com nossos vizinhos. A capacitação nos fez ver que se há respeito pela opinião e respeito pela justiça, isso nos conduz a uma terra segura.»

[TOP](#)

Fonte: <http://www.zenit.org/article-15765?l=portuguese> – 25.07.07

Data da pesquisa: 30.07.07

## Death of 44 Ghanaians in Gambia: Massacre remains a government nightmare

When President Kufour first addressed Parliament in 2001, five weeks after being sworn in as president, he said “it is the responsibility of the state, the government and the community to take care of those who cannot stand on their own two feet. It is the mark of a civilized people to help the weak and the disadvantaged.”

Six years down the line it appears his government’s commitment to the above statement has been subjected to serious test following what human rights groups say is the snail pace at which investigations are on-going into a number of human right related cases. Key among them for some groups is the death of the 44 Ghanaians in the Gambia.

The 44 Ghanaians and other African migrants said to be on their way to board a vessel from Gambia to

Europe, were reportedly butchered to death in cold blood by the Gambian gendarmerie at the behest of President Yahaya Jammeh in July 2005.

The gruesome incident only came to light following the account narrated by the sole survivor of the incident Kyere, and subsequent pressure mounted by human rights groups to ensure that justice is served to Kyere and his departed colleagues.

Kyere, now 28, is on record to have accused the Gambian gendarmerie of cruelly killing the 44 Ghanaians as well as the others.

“I didn’t know these people would do these things,” Kyere said. “If anything, I thought they might collect money and send us back. We never thought these people would kill us.” Mr. Kyere said one night, himself and seven others were bundled into a pick-



up vehicle, with their hands tied. When one of them complained of shoulder pain, a soldier cut off his arm and blood spurted into the back of the pick up.

According to him, as the pick-up went deeper into the forest, he loosened his knots and jumped out. Soldiers shouted and fired in his direction. As he cowered in the woods, he heard more gunshots and cries for help. Government, through the Ministry of Foreign Affairs, soon commenced an investigation into the matter. But it has been over two years and nothing concrete has come out.

The Regional Coordinator of the Commonwealth Human Rights Initiative (CHRI) Nana Oye Lithur, one the several HR lawyers vigorously pushing for justice against the Gambian government says she is not happy with the way government is going about the investigation. "...for how long are we going to wait, because we received a letter from the then Minister of Foreign Affairs Nana Akuffo Addo on 15 January where he said they were about concluding their investigation report," she told the dailyEXPRESS "... and in November they are even still going back to Gambia and still concluding their report."

She said the current posture by government does not give enough weight to their commitment to unravelling the mystery surrounding the Gambia massacre.

"We are wondering why the Ghana government seems to be treating Gambia with kid gloves," she said. "We are not saying go out, declare war but at least we need to see that you're doing something about the situation as this silence and lack of proactive response is very worrying."

Sources at the Foreign Affairs Ministry say officials are still putting pieces of information together following a recent trip to Gambia.

Oye Lithur however told the dailyEXPRESS "it's important for government to be updating Ghanaians consistently." She said the incident is a human rights issue and that it's a test case to show government's commitment to protecting its citizens which is enshrined in the constitution.

"You're supposed to protect human rights and this is a situation where people's human rights have been violated and, what action are you taking as a government," she asked rhetorically.

According to her, two years is more than enough for the chapter on the Gambia mess to be cleared. Something she said has given Jammeh the right to act with impunity. "If the African leaders are going to sit down and watch an African leader to violate people's rights with impunity then, we human rights defenders in Africa, particularly CHRI and African legal aid, will not sit down," the affable Oye Lithur said.

She added that, "what ever it takes to bring justice for this 44 we're going to do."

According to her, other rights groups across the continent would be mobilised to put pressure on Yahaya Jammeh to ensure that his penchant for violating people's rights is brought to an end. [TOP](#)

Fonte: <http://www.african-news.ch/?p=342> – 17/10/07

Data da pesquisa: 19/10/07

## **Uganda: New Law Guarantees Better Protection for Refugees**

*Felix Basiime*

REFUGEES in Uganda will be more protected than before under the new law, Uganda Human Rights Commission western region officer Neema Bagalaliwo has said.

Ms Bagalaliwo was on June 20 speaking as chief guest at the World Refugee Day at Nakivale refugee settlement camp in Bukanga county

She said the new law is awaiting approval by the President. Among other things the law will allow refugees to settle anywhere in Uganda and have their rights protected and enjoy other benefits like

any Ugandan but remain registered and monitored as refugees.

Ms Bagalaliwo told hundreds of refugees, "The new refugee law stipulates that your rights must be protected, the new law of this land gives you more protection than ever before. The managers here should get this law and interpret it for you so that you know your rights."

This year's theme was: A new home, a new life and most refugees carried placards showing that they appreciate the peace given to them in

Uganda . "A new home, a new life, no more violence in our new homes" read one of the banners.

The Mbarara Refugee Desk Officer under the Office of the Prime Minister, Omondi Walter Wolver said the refugees will soon get loans from the government.

"Those who are idle and don't dig but want to do business like the Somalis have always demanded will access loans" Mr Omondi said. Nakivale settlement is host to Somalis, Ethiopians, Rwandese, Burundians and Sudanese refugees

who are about 26,000 living in 36 villages of the camp.

Nakivale camp Welfare Officer III Jerome Rutagarama said safe water is scarce in the settlement despite having Lake Nakivale in their vicinity but has dirty waters.

The settlers and workers at the camp access only 100,000 litres water pumped each day. [TOP](#)

Fonte: <http://allafrica.com/stories/200706220944.html> - 23.06.2007

Data da pesquisa: 28.06.2007

### **Burundi-Rwanda: Omar Sabimana: "We are like prisoners in this camp"**

Omar Sabimana, 25, a Rwandan refugee in Burundi, was transferred to Giharo in the southeastern province of Rutana in 2006. He finds camp life stultifying and would like to work.

"I fled Rwanda in 2005. I first found refuge at Rwisuri in northern Ngozi province, then Songore. We were later forced back into Rwanda, but I kept coming back. They wanted to force me to go to Arusha [in Tanzania, where the tribunal trying suspected ringleaders on the 1994 Rwandan genocide is based] to testify against Elie Ndayambaje [a genocide suspect].

"I refused to go there; I feel I have nothing to say. I was only 12 when the genocide took place. How can I remember what he did or did not do? I only remember that my parents were killed and I was left alone and Ndayambaje took me to his home.

"Like other orphans, Ibuka, [an organisation of survivors of the genocide, which seeks justice and social and economic wellbeing of those affected], built me a house, but I refused to testify on an issue I know nothing about.

"I have lived in this camp since last year, but I feel like I have lived here for ages. Many of us here have nothing to do. Spending the whole day idle at my age is unbearable.

"We are like prisoners. We have to ask for permission to go out, and we have to be back by 6pm. We have refugee cards but they do not allow us to move freely. If I were allowed to move, I could look for a job among Burundian families.

"Those responsible for the camp helped some refugees find jobs as assistant builders. They can easily get 20,000 francs or even 30,000 per month (US\$20), but others do not have jobs. The only job I can get is as farm labourer, but the pay is small.

"If we were allowed out, we could go to other provinces and work to improve our lives.

"I only receive 10kg of flour, 5kg of beans, a litre of oil and three bars of soap every month, but sometimes the rations come late.

"I can't live like this all my life. As I don't plan to go back to Rwanda, I feel they have to let us out to look for jobs wherever possible." [TOP](#)

Fonte: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=74823> - 17/10/07

Data da pesquisa: 18/10/07

### **Eritrea: Long-Term Refugees in Eastern Sudan Need Durable Solution**

The United Nations refugee agency said today it is searching for long-term solutions for the tens of thousands of Eritreans who have crossed into eastern Sudan because of deteriorating political and human rights

conditions in their homeland, including some who fled decades ago.

About 130,000 Eritreans live in 12 refugee camps in Sudan, as well as in nearby urban and rural

areas, and scores more are crossing into the country every week, the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) reported. Many are young men trying to avoid military service, but an increasing number are women and children.

The majority of these asylum-seekers have lived in Sudan for years, seeking sanctuary from recurring conflict between Ethiopia and Eritrea. But some 22,000 have still crossed since late 2003, long after the two countries signed a peace treaty in 2000 ending hostilities and an estimated 98,000 Eritreans returned home under a UNHCR voluntary repatriation programme.

Most of the Eritreans are concentrated in the states of Kassala, Gedaref, Gezira, Sennar and Red Sea.

UNHCR said repatriation is no longer a viable option for many of the Eritreans, especially

those that have lived in Sudan for decades, and the agency is holding discussions with Sudanese authorities about possible local integration or resettlement to a third country.

The agency stressed that its long-term aim is to make the asylum-seekers more self-reliant and less dependent on aid and the support of the local Sudanese communities, which have long shared their own scarce resources.

UNHCR has identified better health facilities and greater access to safe drinking water and education as the priority needs of the long-term Eritrean refugees, noting that many of the more recent arrivals are still hopeful of returning to their homeland. [TOP](#)

Fonte: <http://allafrica.com/stories/200708221002.html> - 22.08.07

Data da pesquisa: 23.08.07

## **Afghan deportees complain of lack of aid**

Two months after their forced deportation from Iran, Afghan citizen Mohammad Alim and his six-member family still have an unsettled life in Herat Province, western Afghanistan. They live in a tent in Jami camp, about 5km northwest of Herat city, where his wife Amina, and sister Parween, spend many hours trying to give his three children aged 5-10 an education, as they do not go to school.

"Except for a tent and some kitchen utensils we have not received any assistance," said Alim, 42, adding that his family had never before gone to bed hungry.

Living nearby is another destitute Afghan family. They cannot return to the south of Afghanistan owing to insecurity, lack of work and a variety of other problems.

"All our property and earnings have been left behind in Iran," said Abdul Gafoor, a member of one of the families. "Without shelter and other basic necessities it is very difficult to establish a new life here."

Since April, some 200,000 Afghans living in Iran illegally have been deported to their home country, according to the Afghan government.

"A lot of deported families are poor, unskilled and in a state of shock; their lives were changed within hours," said Fernando Arocena, country

representative for the International Organization for Migration (IOM).

### **UN aid**

In July the UN allocated US\$5 million through the Central Emergency Response Fund (CERF) to ease the suffering of thousands of Afghan families deported from Iran.

The fund has enabled different UN agencies to come up with promises of food and non-food humanitarian assistance for the most vulnerable deportees.

"It is a comprehensive response in which the WHO [World Health Organization] provides health assistance, WFP [World Food Programme] distributes food items, UNICEF [UN Children's Fund] helps children and the IOM contributes non-food items and transportation assistance," said Arocena.

The IOM country representative said deported families had received assistance based on their specific needs and that it was a comprehensive response.

### **Complaints**

However, some deported families who live in transit camps in Herat and Nimruz provinces, bordering Iran, have complained about both the quality and quantity of humanitarian aid.

One angry deportee said: "In this hot weather they [aid agencies] have given us blankets instead of tents, food and drinking water."

Shojauddin Shoja, an adviser in Afghanistan's Ministry of Refugees and Returnees, also criticised aid agencies' humanitarian response.

"Unfortunately we were not consulted in determining what is urgently needed and in what quantities," Shoja told IRIN on 13 August.

The UN and the IOM say they are working closely with Afghan authorities and local NGOs to meet the humanitarian requirements of the most vulnerable deportees.

### **Diplomatic efforts**

In April two Afghan cabinet ministers were sacked for failing to deal with an unexpected influx of tens of thousands of deportees.

Afghan officials have meanwhile stepped up diplomatic efforts to encourage Iran to slow down

the deportation of Afghans living and working illegally there.

The issue will be on the agenda of talks between President Karzai and his Iranian counterpart Ahmadinejad, who was in Kabul on 14 August. "President Karzai will ask for a humane, gradual and dignified deportation of Afghans from Iran," Shoja added.

Over 900,000 Afghans are registered as refugees in Iran and are allowed to live and work there, according to the UN Refugee Agency. However, at the same time there are tens of thousands of Afghan nationals in Iran who are there illegally.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=73721> – 14.08.07

Data da pesquisa: 15.08.07

## **Determined Zimbabweans flow into South Africa**

BEIT BRIDGE CROSSING, South Africa, October 9 (UNHCR) – Each dusk the cat-and-mouse game begins: Zimbabweans cross the Limpopo River and slip through the fence into South Africa, while South African authorities patrol the border to intercept and fill their trucks with Zimbabweans who will be deported within hours.

In September, a typical month, some 7,300 Zimbabweans were deported just from Musina, the main South African town near the bridge over the Limpopo to Zimbabwe. From all of South Africa, more than 20,000 Zimbabweans accused of illegally entering South Africa are deported each month – probably including people caught repeatedly.

South Africa is facing a complex situation, with growing numbers of both economic migrants and asylum seekers arriving from many parts of Africa. Nearly a thousand people a month arrive across the bridge, South Africa's busiest border point, asking for asylum. These asylum seekers – mainly from the Democratic Republic of the Congo and the Horn of Africa – are issued with documents that allow them to continue on to Johannesburg, where they can enter a formal application for refugee status.

However, only one Zimbabwean in the last four months has requested asylum from South African

immigration officials at the border. There are various explanations advanced: reluctance to request asylum when still so close to Zimbabwe, anxiety to reach their destination in the South African heartland, a lack of opportunity because they are deported so swiftly, or simply no desire to assume a status that means they cannot visit their homeland.

Substantial numbers of Zimbabweans do apply for asylum at other refugee offices in South Africa – about 19,000 last year. However, these Zimbabweans remain a relatively small percentage of the hundreds of thousands who annually enter the country. Those intercepted are only a portion of the undocumented Zimbabweans who get through the fence into South Africa.

"The situation in Zimbabwe is complex, as are the reasons for people leaving. We have to acknowledge the human rights dimension of recent developments in Zimbabwe. Some Zimbabweans do ask for asylum. Their numbers are significant in absolute terms. For the moment, however, they remain a small percentage of the very large number of Zimbabweans who are reportedly outside of their country," UN High Commissioner for Refugees Antonio Guterres said in August.



Staff of the UN refugee agency regularly monitor the borders of Zimbabwe – not just in South Africa but also in Mozambique, Botswana and Zambia where other Zimbabweans head – to see why people are leaving and if they need protection. The economic pressures on those living in Zimbabwe, where shelves are nearly empty, are clear: the manager of the main supermarket in Musina reported the daily flood of shoppers from Zimbabwe in recent months generated sales equal to those normally seen in the pre-Christmas season.

Arriving Zimbabweans – mainly young men – say they have come to earn funds to support families who remain at home, where unemployment has been estimated at 80 percent. Many return home regularly – which is not permitted if they are refugees – and the number of Zimbabweans intercepted rises early in the year as they return from the holiday season with families.

There is clearly a humanitarian crisis when so many people feel compelled to leave their country. Although UNHCR's prime focus is on ensuring that those in need of protection from persecution have access to the asylum system, it has encouraged organizations helping needy Zimbabweans arriving in South Africa to provide humanitarian assistance.

UNHCR is also working with the government of South Africa to speed up the processing of

applications for refugee status, a problem of capacity that has affected all asylum seekers. With some 140,000 applications from citizens of scores of countries still awaiting decisions, South Africa's Department of Home Affairs is hiring additional staff and improving procedures. Fortunately, the renewable temporary papers issued to all asylum seekers by the government mean they can remain in South Africa while they are awaiting a decision.

The number of people willing to cross the dangerous waters of the Limpopo – the rainy season that is just beginning increases the threat of crocodiles – indicates the depth of the problem facing Zimbabweans. The flow of migrants from Zimbabwe will end when it regains economic and social stability.

On the N1 National Highway leading south from the bridge named for mining magnate Alfred Beit to South Africa's industrial heartland around Johannesburg, police checkpoints intercept Zimbabweans who have evaded the first sweeps near the border. But authorities readily admit that those they take back to Zimbabwe in the morning are probably crossing again as night returns. [TOP](#)

Fonte: <http://www.unhcr.org/news/NEWS/470b8baf4.html> - 09.10.07

Data da pesquisa: 28.11.07

## Where to Now? Decreasing Options for Displaced Iraqis

*Andrew Harper*

No one knows the exact number of Iraqis who were displaced either before or after the March 2003 invasion. However, the most accepted estimate is that over 4 million, or just over one in six, are either displaced within Iraq or have fled abroad.

Of these 4 million Iraqis, the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) estimates that some 2.2 million are internally displaced: 1,021,962 were displaced prior to 2003; 190,146 were registered as displaced between 2003 and 2005; and another 1,043,886, (as of July 31, 2007) were displaced following the bombing of a Shiite shrine in Samarra, north of Baghdad, in February 2006.

Shiites from western Baghdad are replacing Sunni families in eastern Baghdad. Sunnis from the south are moving to the north or are fleeing Iraq

altogether. Shiites from Sunni strongholds are moving to the southern regions. Kurds and Christians are fleeing to the north.

The predominant trend in displacement is, and is likely to remain, movement from highly insecure areas in Baghdad to neighborhoods with improved services and security, as well as to locations with family, ethnoreligious, or tribal links outside the city. However, movements are not purely toward homogeneous areas, due to mixed marriages and increasing formal and informal restrictions on movement that limits the options available.

As for Iraqis abroad, UNHCR estimates that Syria is currently hosting some 1.2 to 1.4 million, with another 500,000 to 600,000 in Jordan, 20,000 to 30,000 in Lebanon, and some 20,000 to 40,000 in



Egypt. Large numbers of Iraqis also reside in the Gulf states as well as in Turkey and Iran.

Syria's decision in mid-September 2007 to introduce a visa requirement for Iraqis, which has been temporarily suspended until the end of Ramadan (mid-October), will likely alter the plans of many Iraqis who were intending to flee to Syria. Tens of thousands of Iraqis will probably seek safety within a diminishing protection space in Iraq.

While Jordan is also poised to impose additional visa requirements, this move will largely regularize the existing restrictive entry procedures introduced in late 2006, which resulted in Syria being the only remaining escape route for Iraqis.

The options available to Iraqis seeking protection and assistance, either inside Iraq or abroad, are becoming increasingly narrow. After examining the situation of internally displaced Iraqis, we will look at Iraqis in the region, Iraqi asylum seekers, and Iraqis seeking resettlement to third countries.

### ***Internally Displaced Iraqis***

Internal displacement is taking on a more permanent and increasingly desperate character. Iraqis are fleeing violence as well as increasing poverty. The sale or abandonment of property and the departure of entire families, and in some cases communities, indicate that this population movement is likely to be long term, rather than temporary.

Humanitarian agencies reported an increase of over 220,000 internally displaced persons (IDPs) from mid-May to late-July 2007. Some 60,000 Iraqis per month, or just over 80 per hour (day and night), are becoming IDPs. The Iraqi Red Crescent Organization (IRCO) puts the monthly displacement figure at closer to 100,000. Both the United Nations and IRCO place the total number of Iraqi IDPs at over 1 million since February 2006.

Of particular concern is the increasing vulnerability of the displaced, especially women who have either been widowed or who have been abandoned. Although the number of vulnerable women and children is unknown, reports of exploitation of the most vulnerable have increased. Unfortunately, as the social and cultural safety nets break down in many areas, the level of vulnerability and exploitation will increase.

In a number of areas, the increase in IDPs is largely due to improved registration of the previously displaced; in Baghdad and in certain parts of Ninewa and Diyala provinces, ongoing

displacement (at the time of data collection) and enhanced access to IDPs explain the increase.

In Anbar province, some 2,000 IDPs were reported to have returned, mainly to Ramadi, following the end of military operations and improved security arrangements with local tribal leaders. However, recent inter-Shiite fighting in Karbala and other parts of southern Iraq are likely to have led to even further displacement. The three northern governorates are receiving, and no longer generating, IDPs, with the exception of an estimated 2,500 people fleeing cross-border shelling into Erbil and Sulaymaniyah.

As the level of displacement has increased, authorities in the majority of Iraq's 18 governorates have imposed various restrictions on IDP entry and residence. Although the central authorities in Baghdad condemn these restrictions, provincial governments have proceeded with them for a number of reasons, including security concerns, political considerations, health precautions, and the saturation of basic social services.

Unfortunately, as Iraq's neighbors impose more restrictive entry requirements, there is likely to be more pressure on internal displacement toward the North and those governorates offering better security and basic services.

Local authorities or, in some cases, nonstate actors are applying these movement restrictions, and they deny many new IDPs access to subsidized food assistance, fuel, and basic protection.

In contested areas, such as Kirkuk, competing interests put restrictions in place to limit the number of Kurds and/or Arabs who may wish to depart because doing so would upset the ethnic balance established prior to implementation of Article 140 of Iraq's Constitution, which mandates resolution of the administrative status of disputed territories.

Most IDPs reside with family and friends, but, due to the increased restrictions on IDP movement and growing social and economic vulnerability, tens of IDP camps and self-built shelters have appeared. According to reports from UNHCR and the International Organization for Migration (IOM), some 1 to 2 percent of IDPs are now in tented camps while an additional 20 percent are estimated to be living in other types of collective settlements ranging from disused army barracks and warehouses to slum-like spontaneous dwellings.

IRCO is currently providing food rations to some 150,000 families when the needs are for at least

250,000 to 300,000 — and growing. In a recent survey, the International Medical Corps of IDPs in Diyala governorate found that only a few percent of IDPS receive humanitarian or government assistance.

Often, IDPs are forced to move multiple times as they again become caught up in the cycle of violence or local authorities force them to move out of public buildings or away from urban areas. The increasing number of IDPs who reside in tented or squalid settings remain most at risk.

Recent reports that the Iraqi government will impose travel restrictions following the confirmation of cholera in Tikrit, Mosul, Basra, Baghdad, and Dohuk — in addition to previous cases in Sulaymaniyah and Kirkuk — provide another reason for local authorities to restrict the movement of "outsiders."

Added to the figure of those displaced are Iraqis who stay due to circumstances or choice. Many Iraqis no longer have the means to obtain a passport or to travel. Others do not have families or friends who could support them, or they have extended family relying on them for the meager assistance and protection they can still provide.

Among those with few options are the 11,000 to 12,000 Palestinian refugees in Baghdad. Since they are not welcome anywhere else in Iraq or in neighboring countries, they are trapped in their compounds, increasingly encircled by uncompromising militias. Almost 2,000 others have chosen to flee to Iraq's desolate borders with Syria and Jordan.

### **Iraqis in Neighboring Countries**

In Syria, UNHCR has now interviewed over 125,000 Iraqis. Despite having more than 30 registration staff members. Iraqis wishing to be interviewed still face a five-month wait. Including those waiting to be interviewed, UNHCR Damascus has registered over 200,000 Iraqis.

In Jordan, following the introduction of entry restrictions in late 2006, the waiting period has been reduced to three weeks from three-to-four months. The number of Iraqis registered is close to 50,000.

In Egypt and Lebanon, which also have strict entry requirements, UNHCR offices have registered 10,000 and 8,000 Iraqis, respectively.

Some of the main characteristics of the refugee population in 2007:

- Over 80 percent originate from Baghdad, with less than 5 percent fleeing from each of the following provinces: Ninewa, Diyala, Kerbala, Basrah, and Anbar.
- Over half of those registered are Sunnis, with Shiites representing less than 25 percent of the total in each country. The exception is Lebanon, where close to 60 percent of those registered are Shiites.
- The proportions of Christians (20 percent) and Mandean (3 percent) registered are much higher than their relative proportions in Iraq, where their combined totals are less than 5 percent.
- The average case size has increased in recent months as entire families, rather than individuals, have fled.
- The number of vulnerable people has increased. UNHCR is identifying larger numbers of severe medical cases, survivors of torture and trauma, and women at risk. In Damascus, 36 percent of those registered are identified as having specific needs.

The effect of these arrivals on regional economies, societies, and already overstretched infrastructures has been overwhelming. Iraqis now represent almost 10 percent of the populations in Syria and Jordan. As a consequence of this surge in populations, the prices of basic commodities that the state often subsidizes, such as food, fuel, and water, have increased significantly, with no comparable increase in salaries.

Power supplies in certain parts of Damascus have been unable to cope with the demand. Schools that were already crowded now have up to 60 students per class. Many Jordanians and Syrians can no longer rent or buy apartments due to price increases. Medical and health care facilities in a number of areas in Damascus are routinely catering to more Iraqis than Syrian nationals.

In addition, the host communities and state security agencies are aware that Iraqis are changing the character of their societies. They also fear Iraqis will bring with them sectarian and ethnic conflict.

Both Syria and Jordan have estimated the costs of hosting the Iraqi refugees at some US\$1 billion respectively per year. Despite the lack of substantive assistance, Jordan, for the first time, opened up its public schools to Iraqi children in September 2007. Syria continues to allow Iraqis to access its education system. It is hoped that, by the

end of the school year, some 100,000 Iraqi children in Syria and another 50,000 in Jordan will be enrolled.

To support these gestures of good faith, UNHCR and UNICEF launched a US\$129 million appeal in July 2007 to support Iraqis' education needs in the region. While the United States immediately contributed US\$39 million, other contributions have been disappointing.

In September, UNHCR joined the World Health Organization (WHO), UNICEF, the World Food Program (WFP), and the United Nations Population Fund (UNFPA) in a US\$84 million health appeal to address the health needs of Iraqi refugees; however, the response has been poor so far.

Clearly, with an overwhelmed social infrastructure and a lack of international solidarity, a general feeling of resentment is developing in Syria and Jordan. Syria's recent decision to impose a visa requirement on a fellow Arab state — a first for Syria — underlines its significance. It is not certain whether those Iraqis already in Syria will be required to return to Baghdad to apply for a visa. Already, many Iraqis believe it is too dangerous to visit the Syrian Embassy in Mansour or the Jordanian Embassy in Yarmouk in the Iraqi capital.

Also unknown is how Syrian authorities will treat those whose three-month visas have expired. UNHCR has requested that Syria give special consideration to Iraqis fleeing life-threatening situations.

### **Iraqi Asylum Seekers**

Asylum applications by Iraqis in industrialized countries rose 45 percent in the first half of 2007 compared to the previous six months. This follows a 77 percent increase in applications in 2006.

Iraqi citizens lodged some 19,800 asylum claims in the 36 industrialized countries that provide data to UNHCR, compared to the 13,600 applications received in the last six months of 2006.

Almost half of all Iraqi applications during the first half of this year were submitted in Sweden. The large Iraqi community in that country and its strong social network may account for the high number of Iraqi asylum seekers there.

Greece registered some 3,500 Iraqi asylum claims between January and June 2007, compared to 1,400 during the whole of 2006, while Spain and Germany recorded 1,500 and 820 applications, respectively, during the first half of 2007. It should

be noted that almost all Iraqi claims recorded in Spain were submitted through the Spanish embassy in Cairo.

### **Resettlement to Third Countries**

UNHCR has referred over 15,000 Iraqis for resettlement to 14 resettlement countries, including 11,000 to the United States. At least 15 percent of those cases referred for resettlement are women at risk, with another 10 percent being survivors of torture and trauma.

Although the resettlement response is speeding up as more Iraqis complete the process, the numbers who have actually departed is still low.

The United States, which is by far the largest resettlement country, will have received some 1,500 Iraqis by the end of September. Having faced criticism at home for not processing Iraqi refugees (particularly those who worked for the US military) more quickly, the US government now expects to increase its capacity so it can resettle 1,000 per month going forward. The challenge is that Syria, while its borders remain open, receives at least 2,000 increasingly vulnerable Iraqis per day.

### **Looking Ahead**

While UNHCR is well on track to meet its target of registering some 200,000 Iraqis and referring 20,000 Iraqis for resettlement by the end of 2007, these numbers only represent a small fraction of the estimated Iraqi population in the region.

The number who will actually depart for resettlement is likely to be far less than 10,000, since fewer than 2,000 Iraqis had moved by late September. This means that the ongoing assistance and protection needs of hundreds of thousands of Iraqis will need to be immediate and massive. Given the lack of durable solutions, it may also have to be long term.

Syria's decision to impose visa requirements may cause the remaining Iraqi regions and governorates still open to IDPs to become even more saturated, which would increase pressure on them to impose additional restrictions. If the new requirements are strictly implemented, Iraqis currently in Syria may be forced to return to Baghdad to apply for a new visa, or lose legal status, which means they will likely face increasing levels of marginalization that could ultimately induce movement back to Iraq or to another country.

A lack of internal and external flight options will inevitably lead to the increasing vulnerability and

exploitation of those most at risk. Trafficking, despite its dangers, probably will become an increasing characteristic of Iraqi displacement.

Ensuring that Iraqis seeking safety are not forced back into danger and are given access to protection and humane living conditions are the international community's responsibilities, not just the responsibilities of countries in the region.

If the displacement situation in Iraq and the strain on neighboring states is to be stabilized, and possibly reversed, it is critical that the international community give the same level of attention as it afforded the post-2003 invasion reconstruction and development phases. [TOP](#)

Fonte: <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=644>  
– 09/07

Data da pesquisa: 23/10/07

## JRS - América Latina y el Caribe: declaración del Día Mundial del Refugiado

Este 20 de junio de 2007, en el marco de la conmemoración del Día Mundial de los Refugiados, el Servicio Jesuita a Refugiados para América Latina y el Caribe JRS-LAC, llama la atención sobre la existencia de prácticas y leyes que limitan o impiden gravemente a las personas que solicitan refugio, integrarse al país que les recibe en condiciones de dignidad y respeto a sus derechos.

A pesar de haber organismos internacionales dedicados a la ayuda y asistencia a refugiados y refugiadas en el mundo, así como centenares de organizaciones de Derechos Humanos, y legislaciones internacionales de protección, es una realidad en nuestra región, que las personas que buscan refugio, tienen cada vez más impedimentos económicos, sociales, y legales para adaptarse a su nuevo país de acogida, o integrarse localmente en la vida diaria de los mismos.

En este sentido, observamos con preocupación, algunos ejemplos de esta realidad, reflejada en la existencia de leyes o medidas, que prohíben trabajar a los solicitantes de refugio, hasta tanto se reciban respuestas oficiales, pero estas respuestas tardan mucho tiempo y las ayudas humanitarias no alcanzan para vivir, por lo cual, vemos como algunas familias en Ecuador, procedentes en su mayoría de Colombia, ante la desesperación de no recibir respuesta o poder trabajar, se devuelven a su país de origen, aún a riesgo de colocar sus vidas y de sus familias en peligro de muerte. Ante ello, reconocemos y alentamos los esfuerzos del gobierno ecuatoriano, que en febrero de 2007, anunció una política humanitaria, que estudiaría la posibilidad de legalizar a unas 500.000 personas de origen colombiano, desplazadas por el conflicto.

En otros casos, se prohíbe la movilización en el territorio de un Estado, sin que en contrapartida se coloque un límite de tiempo a esta medida, tal y como sucede en la zona del Darién panameño, en la cual, solicitantes de refugio colombianos, indígenas y afrodescendientes, llevan más de 7 años confinados, sin posibilidades de movilizarse fuera de esta zona de frontera, y aún no reciben respuesta sobre sus solicitudes de protección, dificultando incluso el recibir atención médica, cuando ello es requerido.

También vemos como impacta negativamente la demora de los Estados en regularizar las documentaciones y estatus migratorios de las personas que solicitan refugio, como ocurre en Venezuela, cuando se permite la inscripción de los niños y niñas en los colegios, pero una vez terminados sus estudios no reciben certificaciones o pueden continuar estudiando de forma profesional, porque el Estado aún no les ha documentado, quedando en consecuencia todo su esfuerzo, sin reconocimiento o validez.

Asimismo, seguimos observando como se niega o dificulta el registro de nacimiento y ciudadanía dominicanos, a niños de ascendencia haitiana, aún cuando han nacido en territorio de este país, y a pesar de existir, un precedente judicial de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, que en el año 2006, decidió en contra del Estado dominicano, por incurrir en prácticas atentatorias del derecho a la nacionalidad.

Es por ello, que desde el JRS-LAC, abogamos porque se reconozca y respete que los refugiados son ante todo personas, que llegan a nuestros países porque sufren las consecuencias de conflictos armados, pobreza y exclusión social,



violaciones a sus derechos humanos fundamentales, persecuciones, y discriminaciones, que les fuerzan a dejar sus hogares, pero también son personas que traen consigo la fuerza y el coraje de comenzar de nuevo, y nos regalan su valor humano y esperanzas, construyendo junto a

nosotros un país mejor, como nuestros vecinos, estudiantes, trabajadores, y amigos. [TOP](#)

Fonte: <http://www.jesref.org/statement/index.php?lang=it&sid=2127> – 19.06.07

Data da pesquisa: 22.06.07

## ACNUR condena deportación de refugiados etíopes por gobierno de Sudán

La oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) condenó hoy la reciente deportación por parte de las autoridades de Sudán de al menos 15 refugiados etíopes. El organismo de la ONU informó que si bien la deportación tuvo lugar el 27 de septiembre fue hasta esta semana cuando se hizo de conocimiento público.

El ACNUR subrayó que con este retorno forzado, Sudán viola sus obligaciones como Estado parte de la Convención de Refugiados y su Protocolo Adicional.

“Uno de los principios de estos documentos es la prohibición del retorno no voluntario o forzado de los individuos a sus países de origen, donde pueden afrontar persecución”, apuntó el Alto Comisionado. En este sentido, urgió al gobierno sudanés a regirse por este principio de las leyes internacionales, que también se incluye en la Constitución Nacional de Sudán.

Asimismo, lo instó a no ordenar más deportaciones. Los refugiados fueron entregados por las autoridades sudanesas a sus pares de Etiopía en el punto fronterizo de Metema, unos 500 kilómetros al sur de Jartúm.

Según las informaciones preliminares, los 15 deportados eran parte de un grupo de 30 etíopes arrestado por los servicios de seguridad de Sudán el 2 de julio en Jartúm y Damazine.

El ACNUR señaló que las autoridades sudanesas no han respondido las preguntas referentes al paradero de estos arrestados, por lo que se cree que los etíopes que no han sido regresados a su país podrían estar presos y correr la misma suerte.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?NewsID=10614> – 11/10/07

Data da pesquisa: 16/10/07

## Impulsan iniciativa para legalizar a refugiados centroamericanos

Unos 250 refugiados centroamericanos que viven en Panamá desde hace más de 30 años podrían legalizar su estatus migratorio si es aprobado un anteproyecto de ley que será presentado ante el Parlamento panameño. Los refugiados, que entraron a Panamá por una gestión humanitaria del general panameño Omar Torrijos (1929-1981), en su mayoría de El Salvador, se radicaron en el área montañosa de Coclesito, más de 150 kilómetros al oeste de la capital.

El diputado Rogelio Paredes, del Partido Revolucionario Democrático (PRD, en el gobierno) y presidente de la Comisión legislativa de Derechos Humanos, dijo a Acan-Efe que presentará el

anteproyecto en el próximo período legislativo que inicia el 1 de septiembre.

La iniciativa permitiría que entre 235 y 250 refugiados, entre nicaragüenses y salvadoreños que huyeron de las guerras en sus países, legalicen su situación migratoria.

Paredes señaló que este jueves se reunió con los representantes en Panamá del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) José Euceda y René Cuijpers, quienes están interesados en el asunto.

Una nota de prensa de la Asamblea Nacional destacó que en la reunión Paredes expresó que al atender este caso "se hace justicia" a los



refugiados que se establecieron en Coclesito por una gestión del desaparecido general Torrijos.

De acuerdo con Paredes, el presidente panameño, Martín Torrijos, hijo del general Torrijos, "tiene la oportunidad de cerrar el ciclo y legalizar la situación de esos no panameños que son casi nacionales".

Estos refugiados "se han desenvuelto en este país y siguen actuando de manera ilegal debido a que nada los ampara para que puedan actuar de manera legítima", subrayó Paredes. Euceda, por su parte, dijo que la legalización de los refugiados de Coclesito "les permitirá desarrollar una vida más digna, pues tienen hijos, esposas y esposos panameños y hasta el momento, después de tantos años, mantienen el mismo estatus de refugiados".

El representante de ACNUR añadió que el estatus de refugiado no permite a estas personas tener acceso a los muchos beneficios de los que gozan los panameños, como préstamos bancarios y asistencia social, entre otros.

Paredes indicó que ACNUR también ha dialogado sobre el tema con la Cancillería panameña y la Oficina Nacional para la Atención a Refugiados (ONPAR) del Ministerio de Gobierno y Justicia de Panamá.

Omar Torrijos Herrera, ex jefe del Gobierno y de la Guardia Nacional de Panamá, nació en 1929 y murió 1981 en un accidente aéreo causado por la CÍA norteamericana en las montañas de Coclesito.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/2393> - 10.08.07

Data da pesquisa: 13.08.07

## Medicinas para los huidos de la violencia

La situación de los refugiados iraquíes es, cada día que pasa, más preocupante. Así lo han denunciado varios organismos de las Naciones Unidas, pidiendo a la comunidad internacional 84'8 millones de dólares que se destinarán para cubrir las necesidades sanitarias y alimenticias de los desplazados en países vecinos.

El llamamiento se debe, según ha denunciado Amnistía recientemente, a que no se está afrontando de forma adecuada la crisis que sufre la población iraquí. Pese a los acuerdos a los que se habían llegado en el marco de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la buena voluntad de los gobiernos participantes no ha sido suficiente para frenar la tragedia.

El número de iraquíes desplazados sigue creciendo y los sistemas sanitarios de los principales países de acogida se colapsan. A los dos millones de desplazados dentro del país, se les suman los más de dos millones de refugiados en naciones fronterizas.

Siria y Jordania son los anfitriones por excelencia: residen en ellos, más o menos, 1.500.000 y 750.000 iraquíes, respectivamente. Las necesidades de esta población son muy heterogéneas; abarcan desde prótesis para extremidades amputadas, hasta vacunas, alimentos, o infraestructuras sanitarias.

Asimismo, el comunicado también ha hecho referencia a la saturación de los sistemas nacionales que vigilan la aparición de

enfermedades. Este colapso podría provocar que muchas enfermedades presentes entre la población no sean detectadas.

La denuncia es fruto del Marco de Acción Común propuesto por la OMS en la Consulta Ministerial de Damasco los días 29 y 30 de julio. En esta reunión, cuyo objetivo era precisamente analizar las carencias de los refugiados iraquíes en países vecinos, se llegó a un acuerdo fundamental. Los gobiernos anfitriones se comprometían a que los desplazados recibieran la misma atención sanitaria que la población local de sus países.

Se establecieron como necesidades básicas: la atención de salud primaria, la atención médica de urgencia y el abastecimiento de las medicinas más esenciales, así como un mayor acceso a información sobre los enfermos, su localización, el número, la gravedad de sus enfermedades y sus carencias principales.

Los costes elevados del proyecto requieren una financiación por parte de la comunidad internacional, que cubra, al menos hasta finales del año que viene, las necesidades de los iraquíes afectados.

### **Otras medidas**

Este no ha sido el único llamamiento de la ONU destinado a mejorar las ayudas humanitarias. El 14 de septiembre se redactaban en Ginebra, con la participación de otros organismos internacionales, unas directrices que pretenden

asegurar la asistencia psicológica y social de los afectados en situaciones de emergencia o, al menos, mejorarla. Entre estas situaciones de emergencia se incluyen, tanto desastres naturales, como conflictos bélicos.

La novedad del proyecto es asegurar que la responsabilidad del cuidado de los supervivientes (psicológicamente hablando), no recaiga sólo en psiquiatras y psicólogos, sino en todos los trabajadores humanitarios.

Se destaca la importancia de atender a estas personas, a ser posible, mediante los propios mecanismos de protección que tengan sus comunidades; es decir, aprovechando sus recursos locales. Evitar que los afectados se sientan incómodos o abrumados, por la llegada de gente extraña, es algo fundamental.

Todos los esfuerzos hechos por la comunidad internacional al respecto, para mejorar la

situación del país, van en concordancia con la resolución 1770 del Consejo de Seguridad.

Aprobada el 10 de agosto de este año, amplió el mandato de la 'Misión de Asistencia de las Naciones Unidas para el Iraq' (UNAMI), establecida en el país para promover su desarrollo institucional y social, servir de ayuda humanitaria y garantizar el cumplimiento de los derechos humanos.

Además, instó a tomar una serie de medidas que ayudasen, tanto al gobierno de la nación, como a sus habitantes, resaltando la urgencia de hacer frente a la tragedia que vive el país de Oriente Medio. La huida masiva de la población iraquí se desencadenó tras el atentado contra el mausoleo chiíta de Samarra, en febrero del año 2006. [TOP](#)

Fonte: [http://www.acnur.org/index.php?id\\_pag=6879](http://www.acnur.org/index.php?id_pag=6879) – 27/09/07

Data da pesquisa: 08/11/07

## **Alemania: duras críticas de ACNUR**

*La organización de la ONU encargada de los refugiados reclama para ellos la libertad de elegir dónde vivir en Alemania. Una libertad que las autoridades alemanas conculcan con argumentos económicos.*

El Alto Comisariado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) no está contento con Alemania. Con ojo atento se observa allí la política aplicada en Berlín en el tema del asilo. Y más de una vez se han pronunciado quejas, como ocurrió en mayo de este año, cuando el representante regional del organismo para Alemania, Austria y la República Checa criticó el exceso de “aceptos restrictivos” en la por ese entonces debatida nueva ley de inmigración. Pero este viernes los reproches fueron de grueso calibre, si bien se dirigieron contra una medida puntal.

### **Cargos y descargos**

La ACNUR acusó concretamente a Alemania de violar el derecho internacional al imponer restricciones a los lugares de residencia de refugiados y extranjeros que no pueden ser expulsados del país por razones de derechos humanos, si perciben ayuda social del Estado. Y éste es el caso de muchos que han llegado a territorio germano huyendo de la violencia y la persecución. La declaración dada a conocer en Berlín puntualiza que la práctica de las autoridades alemanas de negar a los afectados

la libertad de escoger el lugar donde han de vivir es “incompatible como el derecho internacional y europeo”, ya que vulnera, por ejemplo, disposiciones de la Convención de Ginebra para refugiados y la Convención Europea de Derechos Humanos.

El Ministerio alemán del Interior fue bastante lacónico en su reacción. Su explicación es que tales restricciones pretenden evitar cargas desequilibradas entre las administraciones regionales que brindan la ayuda social. Más no se explayaron las autoridades, aduciendo que actualmente está en curso un proceso sobre el mismo tema en el tribunal federal administrativo.

### **Argumentos débiles**

Para ACNUR, sin embargo, los argumentos oficiales alemanes son débiles. En primer lugar, el organismo de la ONU pone en duda que las disposiciones restrictivas tengan un efecto relevante para asegurar que los costos sean distribuidos equitativamente entre los distintos Estados federados y comunas de Alemania. En este sentido, hace notar que los gastos en cuestión son asumidos en buena medida por las arcas federales. Además, recuerda que en

Alemania existe un sistema de compensaciones entre los diversos Estados federados y regiones, de manera que los eventuales desequilibrios se pueden subsanar.

A juicio de ACNUR, en todo caso, las restricciones aplicadas no son proporcionales al objetivo perseguido. Lo grave del asunto, para esta dependencia de la ONU, es que las medidas adoptadas en Alemania dificultan a los refugiados la preservación de sus vínculos sociales y familiares, al igual que la búsqueda de

trabajo. Por lo demás, la declaración recuerda que, según el Tribunal Europeo de Derechos Humanos, el derecho a la libertad de desplazamiento sólo puede limitarse cuando existe una "imperiosa necesidad social", como la de preservar el orden público o proteger la salud ciudadana. Pero, claro, ese no es el caso. [TOP](#)

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2733360,00.html> – 10/08/07

Data da pesquisa: 12/11/07

## Al denuncia las 'condiciones deplorables' de los refugiados palestinos en el Líbano

Amnistía Internacional (AI) ha criticado las condiciones "deplorables" en las que viven los refugiados palestinos en el Líbano y ha instado a las autoridades locales a poner fin a la "discriminación sistemática" que sufren.

En el informe 'Exilio y sufrimiento: Población palestina refugiada en el Líbano', la organización atribuye esta situación a la superpoblación y a la insuficiencia de estructuras, según un texto publicado en la prensa libanesa. Amnistía también solicita al Gobierno libanés que tome inmediatamente medidas destinadas a eliminar cualquiera forma de discriminación hacia los refugiados palestinos.

El documento añade que los palestinos, catalogados como "ciudadanos de segunda" en el Líbano, "viven en la miseria, sin esperanza de mejorar su vida cotidiana ni de regresar a su país".

Amnistía citó como ejemplo el campo de refugiados de Burj Brajnev, situado en las afueras de Beirut, en donde la densidad (de población) por kilómetro cuadrado es superior a la de Hong Kong y Bombay. Según la ONG, la superficie de los campos de refugiados no ha aumentado prácticamente desde 1948, fecha en la que comenzó el éxodo de los palestinos por la creación del estado de Israel.

La población palestina ha crecido desde los 100.000 que llegaron en 1948 hasta los 400.000 actuales, de los cuales la mitad viven en los campos de refugiados.

### **Techos de cartón**

"Varias familias viven apiñadas en una sola habitación y la luz natural no penetra en las callejuelas de Ain el Helu (campo de refugiados del sur del país) donde los refugiados se alojan en cuchitriles y sufren de problemas respiratorios", agrega el texto.

La ONG acompaña su denuncia de fotos que muestran techos confeccionados con cartones y láminas de madera, así como de calles inundadas. Asimismo, añade que los refugiados no tienen acceso a unas 20 profesiones, a los servicios médicos públicos ni a la posesión de bienes inmobiliarios.

Aun así, Amnistía ha alabado la actitud del Gobierno de Fuad Siniora respecto a los refugiados y ha asegurado que ha mostrado "mucho más determinación para abordar el problema en el orden del día" que los ejecutivos anteriores. [TOP](#)

Fonte: <http://www.elmundo.es/elmundo/2007/10/17/solidaridad/1192634956.html> - 19/10/07

Data da pesquisa: 12/11/07

## ACNUR asegura que mayoría de refugiados en Venezuela provienen de Colombia

Según el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) Venezuela

recibe a refugiados procedentes de países como

Haití o Irak, aunque la gran mayoría de ellos son colombianos.

Con motivo del Día Mundial del Refugiado, que se conmemora el próximo 20 de este mes, el comisionado de Acnur en Venezuela, John Fredrikson, ofreció un balance de la situación local. Según su reporte, el país caribeño recibe a refugiados procedentes de países como Haití o Irak, aunque la gran mayoría de ellos son colombianos que abandonaron sus hogares a causa del conflicto armado interno.

Cada año, el 20 de junio, el mundo honra el valor, la resistencia y la fuerza de los refugiados. Es por ello que el comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur) en Venezuela, John Fredrikson, aprovechó la cercanía de la fecha para destacar el papel de Venezuela, en la recepción de estos grupos.

En ese sentido, elogió los mecanismos institucionales y jurídicos venezolanos que facilitan la protección a desplazados.

"Es importante resaltar nuestra experiencia en Venezuela, donde el Gobierno ha abierto las puertas de sus programas sociales y educativos, a muchos de estos refugiados, tengan o no tengan documentos, vengan de donde vengan, y eso es muy, muy importante", señaló, al tiempo que acotó que "en otros países del mundo eso no es posible".

Precisó que Venezuela recibe en su territorio a refugiados procedentes de países como Haití o Irak, aunque la gran mayoría de ellos, un promedio de 200 mil, son colombianos que

abandonaron sus hogares a causa del conflicto armado interno.

No obstante, Fredrikson explicó que esa cifra puede variar ya que existe "un goteo constante" de refugiados que pasan de Venezuela a Colombia, "difícilmente cuantificable" porque cruzan la frontera más de una vez en busca de "un lugar seguro".

"La presencia de refugiados es un indicador de que algunos Estados fallan en la labor de proteger a sus ciudadanos (...) mientras sigan existiendo conflictos armados, seguirán existiendo personas que se vean obligadas a desplazarse de sus hogares, para escapar de la violencia", señaló Fredrikson.

El funcionario afirmó que en Venezuela el marco jurídico que determina el proceso está contemplado en la Ley sobre Refugiados o Asilados y además se cuenta con apoyo de la Comisión Nacional de Refugiados, adscrita a la Cancillería del país latinoamericano.

Resaltó la importancia de esas instancias ya que "hay otras partes del mundo donde no hay leyes, no hay sistemas que nos ayuden y nos permitan actuar fácilmente".

Acnur fue creado por la Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU) en 1950 para brindar protección y asistencia a los refugiados de los diversos conflictos armados en todo el mundo.

[TOP](#)

Fonte: <http://www.noticiasdelsur.com/nota.php?nota=1093> – 19/06/07

Data da pesquisa: 13/11/07

#### **Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:**

- Marzo 2008 – Migrazioni Internazionali: Leggi Migratorie
- Giugno 2008 – Economia e migrazioni: Sviluppo / rimesse
- Settembre 2008 – Cultura: religioni

#### **Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:**

- Março 2008 – Migrações Internacionais: Legislações
- Junho 2008 – Economia e Migrações: Desenvolvimento / remessas
- Setembro 2008 – Cultura: religiões

#### **Next up dates our MIGRATION REVIEW:**

- Marzo 2008 – International Migration: Laws
- June 2008 – Economy and migrations: Development / remittance
- September: Culture: religions

#### **Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:**

- Marzo 2007 – Migraciones Internacionales: Leyes
- Junio 2008 – Economía y Migraciones: Desarrollo / remesa
- Septiembre 2008: Cultura: religiones



### ***Títulos da Resenha Migrações na Atualidade***

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambiguidade das estratégias de proteção